

#439

SÃO PAULO | ABR/MAI | 2017

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

O LEGADO DA OPERAÇÃO LAVA JATO

Em entrevista exclusiva, juiz Sergio Moro afirma que o País está conseguindo dar uma resposta institucional adequada à corrupção, além de criticar a proliferação de informações falsas na internet e garantir que o momento é favorável para melhorar a qualidade da democracia

CAÇA AOS CORRUPTOS

Para o procurador Paulo Roberto Galvão, colaboração premiada é essencial ao quebrar o pacto de silêncio entre os envolvidos no crime

DIREITA × ESQUERDA

As divergências de pensamento político estão vivas ou foram sucumbidas pelas coalizões partidárias?





A MUDANÇA DO PAPEL DO ESTADO: ESTRATÉGIAS PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO

A mais nova série do UM BRASIL produzida em parceria com o Columbia Global Centers | Rio de Janeiro.

Você vai poder conferir o que pensam especialistas como José Alexandre Scheinkman, Daniela Campello, Otaviano Canuto, Paul Lagunes, Andrés Velasco, Edmund Amman, Jan Svejnar e Shang-Jin Wei.

Fique ligado: www.umbrasil.com

PASSAR O BRASIL A LIMPO

Impor rigorosa disciplina na gestão e fiscalização dos recursos públicos deve ser uma das consequências da ofensiva contra a corrupção que o Brasil assistiu nos últimos três anos. Isso porque, infelizmente, a gravidade econômica nacional está centrada na combinação entre a administração desqualificada e os excessos de extravagâncias da cúpula do Estado. A cada dia, o estardalhaço causado pelas investigações das autoridades abala os tímidos sinais de estabilidade política. E, assim, as notícias de Brasília vão influenciando negativamente o ambiente econômico.

No bojo dessa discussão, **Problemas Brasileiros** publica com exclusividade a entrevista com o juiz federal Sergio Moro. Segundo ele, a Operação Lava Jato é uma oportunidade para os fortalecimentos da democracia e do Estado de Direito no País. Conversamos também com o procurador Paulo Roberto Galvão, que avalia a influência das delações premiadas na descoberta dos detalhes que cercam o desmantelamento da Petrobras, maior estatal brasileira. As entrevistas foram feitas pelo canal UM BRASIL durante o seminário “Institution-Building, Governance and Compliance in Brazil: Politics, Policy and Business”, promovido pela Universidade Columbia, em Nova York.

O envolvimento generalizado dos partidos com a corrupção desperta ainda outro debate: estaria falido o nosso modelo de representatividade política? Sobre o assunto, analisamos se as correntes de pensamento ultrapassam o chamado “presidencialismo de coalizão”, que culminou na maior recessão de nossa história.

O recuo do crescimento econômico causou estragos em áreas primordiais para o desenvolvimento, como a de pesquisa. Décimo terceiro país do mundo no ranking de produção científica, o Brasil vem cortando recursos para investimento nesse setor estratégico. Entre 2013 e 2016, o financiamento para a ciência caiu 40%.

Na esfera internacional, analisamos a busca do Itamaraty por uma nova tática de inserção do Brasil no comércio internacional diante da atual realidade global. Temos ainda, neste número, reportagens analíticas sobre urbanismo, história e cultura.

Momentos de crise também são tempos de grandes mudanças. Quando as transformações são inevitáveis, é inútil negá-las ou se omitir. Não é mais possível que certas coisas continuem como sempre foram. Esta é a hora de passar o Brasil a limpo.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE CONTEÚDO **André Rocha**

GERENTE DE CONTEÚDO **Fernando Sacco**

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lucas Mota MTB 46.597/SP

REPÓRTERES **Iracy Paulina, Filipe Lopes,
Rachel Cardoso e Raiza Dias**

FOTOS **Christian Parente, Janaina Farias,
Folha Press e acervo Guia Geográfico**

ESTAGIÁRIA **Priscila Oliveira**

REVISÃO **Flávia Marques**

DIRETORES DE ARTE **Clara Voegeli
e Demian Russo**

EDITORA DE ARTE **Carolina Lusser**

DESIGNERS **Renata Lauletta,
Lais Brevilheri e Paula Seco**

ASSISTENTE DE ARTE **Tiago Araujo e Felipe Braz**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

**André Rocha, Bernardo Ivo, Fabiola Perez,
Gesiel Júnior, Guilherme Baroli, Guilherme Meirelles,
Herbert Carvalho, Rodrigo Hora, Sabine Righetti,
Sílvia Kochen e Tabata Amaral de Pontes**

CAPA **João Montanaro**

IMPRESSÃO **Pigma**

FALE COM A GENTE publicacoes@fecomerccio.com.br



PB | #439

*A responsabilidade no trato com o dinheiro público deveria ser condição básica para um cidadão integrar o sistema político-administrativo brasileiro. O que vemos, no entanto, é a corrupção se sobrepor à vocação cívica dos governantes. Nesta edição, **Problemas Brasileiros** analisa quais lições o País deve tirar dos escândalos deflagrados pela Operação Lava Jato.*



6 Política
AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS AINDA EXISTEM?

12 Internacional
O FUTURO DO MERCOSUL

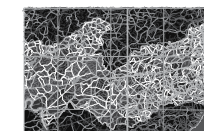


16 Articulista
BERNARDO IVO

18 Entrevista
**SERGIO MORO E PAULO ROBERTO GALVÃO
FALAM DA OFENSIVA CONTRA A CORRUPÇÃO**

26 Ciência
PESQUISA EM TEMPO DE CRISE

32 Estados brasileiros
PERNAMBUCO



38 Urbanismo
O FENÔMENO DA GENTRIFICAÇÃO



44 Trabalho
JOVENS E DESEMPREGO

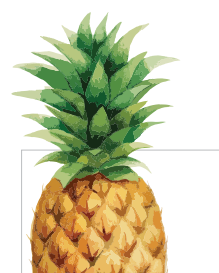


48 Saúde
VENENO NO PRATO

52 História
A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL

58 Articulista
TABATA AMARAL

59 Biblioteca
BRUNO GARSCHAGEN



60 Cultura
50 ANOS DO TROPICALISMO

66 Grande Angular
O MOVIMENTO ESTUDANTIL

DIREITA × ESQUERDA AINDA EXISTE?

O comportamento da maioria dos políticos tem posto em xeque o confronto ideológico entre direita e esquerda. A descrença da sociedade em relação à disputa de ideais se deve, em parte, ao fracasso administrativo das recentes gestões de esquerda no Brasil, ao crescimento de movimentos populares apartidários e ao envolvimento de variados partidos com a corrupção evidenciada pela Operação Lava Jato. Afinal, as divergências de pensamento político ainda estão vivas ou ficaram restritas à retórica maniqueísta de militantes nas redes sociais?

texto GUILHERME MEIRELLES

Q

Quando o cientista político italiano Norberto Bobbio (1909-2004) lançou a obra *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*, em 1994, a internet ainda engatinhava, e o impacto das redes sociais estava presente apenas nos livros de George Orwell e Aldous Huxley. Cinco anos antes do lançamento do livro, o mundo havia presenciado a queda do Muro de Berlim, principal símbolo da Guerra Fria, que dividia o campo político entre defensores do capitalismo norte-americano (identificado como direita) e o socialismo protagonizado pela União Soviética, que representava a esquerda. Mesmo com o fim do império soviético, Bobbio mantinha seus posicionamentos quanto à permanência das duas linhas de pensamento, vistas por ele como “programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade”. Para Bobbio, as distinções entre direita e esquerda não seriam mais marcadas pelo simples alinhamento ao ideário marxista ou capitalista, mas definidas pela visão mais humanista que os governantes teriam a respeito das saídas para reduzir as desigualdades sociais e econômicas.

Para o escritor Jorge Caldeira, doutor em Ciência Política, a lição foi assimilada na Europa e nos Estados Unidos e, hoje, o debate político se prende a outras questões, como a maior ou

menor presença do Estado na economia. “Entretanto, no Brasil, esse discurso ganhou sobrevida com o uso e a exploração das administrações petistas, que por meio de estratégias propagandistas diziam que a esquerda havia chegado ao poder e que as ações sociais eram o resultado dessa opção política. Com a saída de Dilma Rousseff, essa polarização perdeu totalmente o sentido.” Caldeira observa que a tradição eleitoral aponta sempre para forças que estejam alinhadas com correntes políticas de centro. “Ninguém ganha eleições operando pelos extremos em uma democracia”, diz. Até mesmo na década de 1950, quando existiam o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), alinhado com o sindicalismo; a União Democrática Nacional (UDN), considerada de elite; e o Partido Social Democrático (PSD), identificado com o centro, os debates políticos fugiam do dualismo direita *versus* esquerda. “Os partidos com propostas mais extremadas não tinham expressão eleitoral”, afirma. Era o caso, por exemplo, do Partido Republicano Progressista (PRP), comandado pelo ex-líder integralista Plínio Salgado. Na época, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) operava na clandestinidade e não encontrava expressivo apoio popular nas bases operárias.

Desde a queda do Muro de Berlim, há um consenso de que os partidos políticos, independentemente de seus discursos, tornaram-se obrigados a conviver em um cenário econômico estruturado pelas regras globais do capitalismo, com maior ou menor liberdade de mercado e regulação, de acordo com as normas de cada país. “Essa realidade se transformou em um dilema enorme para os partidos de esquerda. Uma gestão de esquerda pode ter uma série de compromissos programáticos com coletivos da sociedade, mas eles precisam ser lidos pelo Estado em um sistema capitalista, sujeito a crises econômicas externas, que impactam no ambiente doméstico e impedem ações políticas previstas”, afirma o professor de Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), Marco Antonio Carvalho Teixeira. Ele considera que o Partido dos Trabalhadores (PT) foi atingido por essa contradição, também decisiva para a queda de popularidade do ex-presidente francês François Hollande, do Partido Socialista, que, ao ser eleito, viu-se forçado a implementar medidas antipopulares, como uma reforma trabalhista que desagradou o proletariado, com a flexibilização dos modelos de contratos e negociação de horas extras diretamente entre patrões e funcionários.

O copresidente do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP, o sociólogo Paulo Delgado, considera que o fim do conflito ideológico tem na raiz uma distorção causada pela própria esquerda, que seria a de tratar o capitalismo como um sistema fomentador de misérias. “No Brasil, mesmo no período militar, a polarização ideológica veio em função do aparelho repressor e da ausência de mecanismos democráticos. Entretanto, após a promulgação da Constituição, em 1988, não havia mais sentido para se usar um discurso de esquerda, com palavras de ordem que enfatizam uma relação de explorador e explorado. Desde o século 19, com as

“NO BRASIL, REINA UMA CONFUSÃO IDEOLÓGICA. O POSICIONAMENTO DE SE ETIQUETAR IDEOLOGICAMENTE SE EXACERBOU NAS REDES SOCIAIS, E ESSAS ETIQUETAS SÃO MAL FORMULADAS. A CLIVAGEM PT *VERSUS* ANTI-PT NÃO É UMA CLIVAGEM ESQUERDA *VERSUS* DIREITA”

SÉRGIO FAUSTO, do Instituto Fernando Henrique Cardoso

propostas marxistas, a esquerda tenta desacreditar o capitalismo, e esse é o grande erro”, afirma. Segundo Delgado, o socialismo é uma grande ideia do ponto de vista teórico, com ênfase no humanismo, mas não encontra amparo técnico nas leis econômicas. “A esquerda confunde ações de caráter humanista com a presença forte do Estado”, afirma. Nesse sentido, o discurso da esquerda, ainda centrado em palavras de ordem como “sonho” e “utopia”, já não atinge como antes as camadas médias e baixas da população.

NOVAS BANDEIRAS

Com as denúncias do Mensalão, em 2005, o PT, até então impermeável às suspeitas de corrupção, passou a ser questionado pela opinião pública e pela Justiça. A crise de credibilidade chegou ao auge com a Operação Lava Jato, que culminou na prisão de alguns dos principais líderes do partido e na investigação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com o vertiginoso crescimento das redes sociais, os debates políticos foram transferidos para o campo virtual, e temas comportamentais e de ordem moral ganharam espaço na discussão política, embora os partidos nunca os tenham assumido com bandeiras de campanha. É o caso da legalização da maconha, defendida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, tema que nunca fez parte do programa do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Ou a defesa dos direitos civis da comunidade LGBT, principal bandeira do deputado federal Jean Wyllys

(PSOL-RJ), mas defendida timidamente por seu partido. O mesmo aconteceu com a direita, que tem como expoente o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), que propõe medidas moralistas próximas do fascismo e que nunca foram bandeira das legendas às quais esteve filiado.

“No Brasil, reina uma confusão ideológica. A posição de se etiquetar ideologicamente se exacerbou nas redes sociais, e essas etiquetas são mal formuladas. A clivagem PT *versus* anti-PT não é uma clivagem esquerda *versus* direita. Há no antipetismo setores que são de centro-esquerda, como o PSDB, o PPS e parte do PMDB, embora haja grupos de direita. Mas não há identidade comum, o quadro é mais complexo. Há uma direita liberal no sentido econômico e nos costumes que valoriza as escolhas individuais, não é conservadora, que pode ser encontrada no Partido Novo e em alas do Movimento Brasil Livre (MBL)”, afirma o superintendente executivo do Instituto Fernando Henrique Cardoso, o cientista político Sérgio Fausto. Um exemplo, afirma Fausto, seria a eleição do vereador paulistano Fernando Holiday, ligado ao MBL. Negro, jovem e homossexual assumido – características normalmente associadas a alguém ligado à esquerda –, Holiday (DEM) teve 48 mil votos. “Mas há na direita setores claramente conservadores, como os evangélicos”, ressalta Fausto.

O sócio-diretor da Augurium Consultoria, o sociólogo Bolívar Lamounier, rechaça a distinção estabelecida nas redes sociais, na qual a esquerda é necessariamente progressista,

“O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO ESTÁ FALIDO. ISSO SE NOTA PELAS COALIZÕES QUE NÃO TÊM REPRESENTATIVIDADE, QUE PROPICIA O APARECIMENTO DE OPORTUNISTAS QUE SE LANÇAM NA POLÍTICA. É IMPORTANTE FORTALECER A EDUCAÇÃO PARA QUE A DEMOCRACIA AVANCE”

RODRIGO ESTRAMANHO DE ALMEIDA, da FESPSP

enquanto a direita é conservadora por natureza. “O adjetivo ‘conservador’ e seu oposto, ‘radical’, não são sinônimos de ‘capitalismo’ e ‘comunismo’. Conservador é aquele que prefere a situação existente a uma outra que percebe como iminente e muito pior. Radical é aquele que prefere correr qualquer risco para mudar a sociedade existente. Por outro lado, ser progressista significa reduções da pobreza e das desigualdades indefensáveis e aumento do bem-estar. A experiência internacional demonstra que tais objetivos têm sido atingidos mais frequentemente e a um custo muito menor por governos liberais ou social-democratas, não por governos de esquerda, certamente não por aqueles de orientação marxista, como no caso da China, em que o ‘esquerdismo’ de Mao Tsé-tung deixou o país à beira da catástrofe.” Lamounier tampouco associa as bandeiras ligadas às minorias como exclusivas da esquerda. “São questões novas, geradas nas sociedades mais desenvolvidas do Ocidente e da América do Norte. As esquerdas as abraçaram em razão do fracasso no campo econômico e porque foram colocadas contra a parede, quando eram cobradas a defender a pretensa igualdade do regime cubano, que não tolerava a homossexualidade”, explica.

PARTIDARISMO

No mundo real, os partidos têm sido bem mais pragmáticos do que se observa nas redes virtuais. Nas eleições municipais passadas, logo

após o impeachment de Dilma Rousseff, o PT formou alianças para candidatos a prefeito, com partidos considerados “golpistas”, como PMDB, PSDB e DEM, em 1.971 municípios. Nem mesmo o radical PSOL deixou de fazer suas coalizões – o partido disputou 573 prefeituras, das quais 29 foram ao lado do DEM e do PMDB, e 21, ao lado do PSDB. Nas votações da Câmara, também nem sempre é possível identificar a posição ideológica de um partido. Em 2015, quando da votação do Estatuto da Família, que definiu como núcleo familiar a constituição entre um homem e uma mulher (excluindo as relações homoafetivas), tanto o PSDB como o PSB, que costumam ser tolerantes em temas comportamentais, votaram 100% contrários à inclusão.

Atualmente, é praticamente impossível ingressar no Congresso Nacional e se deparar com uma formação nesses moldes. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estão registrados 35 partidos, e mais oito aguardando deferimento. No Congresso, estão presentes representantes de 26 legendas, todas com direito à participação no Fundo Partidário. “Antes, o PT era um partido integrado na sociedade. Mas, após os escândalos, morreu como um partido nessa mesma sociedade”, diz Caldeira.

Há mais de 30 anos acompanhando movimentos populares, o sociólogo Rudá Ricci, diretor-geral do Instituto Cultiva, em Minas Gerais, e membro do Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP), acredita que a dificuldade encontrada hoje pela esquerda em sensibilizar as grandes massas está diretamente relacionada à sua origem na sociedade civil. “Mesmo no período militar, a esquerda nunca teve expressão popular, exceto na região do ABC paulista e no Rio Grande do Sul. A situação começou a se transformar com a ascensão de Lula e, hoje, o *lulismo* está em crise, apesar de as pesquisas eleitorais ainda apontarem o seu potencial para 2018. Entretanto, o PT enfrenta um sério obstáculo para encontrar apoio a suas propostas comportamentais mais avançadas em setores da classe média mais escolarizada, que é liberal em costumes, mas refratária ao partido, como demonstram estudos recentes.” Segundo Ricci, o eleitorado brasileiro possui hoje um perfil mais conservador, muito em razão do crescimento das igrejas evangélicas nas periferias dos grandes centros urbanos. “Hoje, a esquerda precisa acertar as contas com o *lulismo*. Ela não consegue entender que um dos motivos

do seu sucesso foi o pacto com o empresariado para que fosse adotada uma política desenvolvimentista. Lula trouxe para dentro do governo agentes sociais, como pastorais de base, mas também colocou pessoas ligadas a movimentos populares em conselhos de estatais, com altos salários, o que privou muitas organizações populares de suas lideranças. Ocorre que, no governo Dilma, o empresariado abandonou o pacto. Hoje, a esquerda está dissociada da base da sociedade”, afirma.

Além das forças partidárias representativas da esquerda e da direita, diz Ricci, há no Brasil uma forte corrente política ainda ligada às práticas clientelistas, que oscilam de um lado para o outro. “O principal representante é o PMDB, que não se enquadra em nenhuma classificação ideológica, mas é de importância crucial no cenário por trazer para o centro da política nomes periféricos das regiões Norte e Nordeste e do interior de Minas Gerais e de São Paulo”, destaca o sociólogo.

Segundo dados do TSE, há 16.623.411 pessoas filiadas a algum partido político, mas não existem números quanto à participação ativa desse eleitorado nas atividades partidárias. Para o cientista político Rodrigo Estramanho de Almeida, coordenador do curso de Estudos Brasileiros na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), há uma carência de jovens lideranças nos partidos. “Esse problema é mais latente na esquerda, cujos temas em tese tenderiam a atrair os jovens. Mas bandeiras como legalização do aborto, direitos de minorias sexuais e liberação das drogas não se traduzem em multidões nas ruas. São bandeiras que unem, mas também fragmentam, e isso leva os partidos a agir conforme seus interesses políticos e eleitorais”, destaca.

Há anos se fala em uma reforma política que promova uma renovação no atual quadro partidário. “O sistema partidário brasileiro está falido. Isso se nota pelas coalizões que não têm representatividade, que propicia o aparecimento de oportunistas que se lançam na política. É importante fortalecer a educação para que a democracia avance. No Brasil, as pessoas se vinculam pouco a movimentos sociais e de bairro. Há anos se fala em reforma política e ela não sai”, enfatiza Estramanho. Delgado, da FecomercioSP, defende a extinção do Fundo Partidário para partidos considerados “fictícios” e que se implante a cláusula de barreira com mínimo de 5% dos votos para cargos

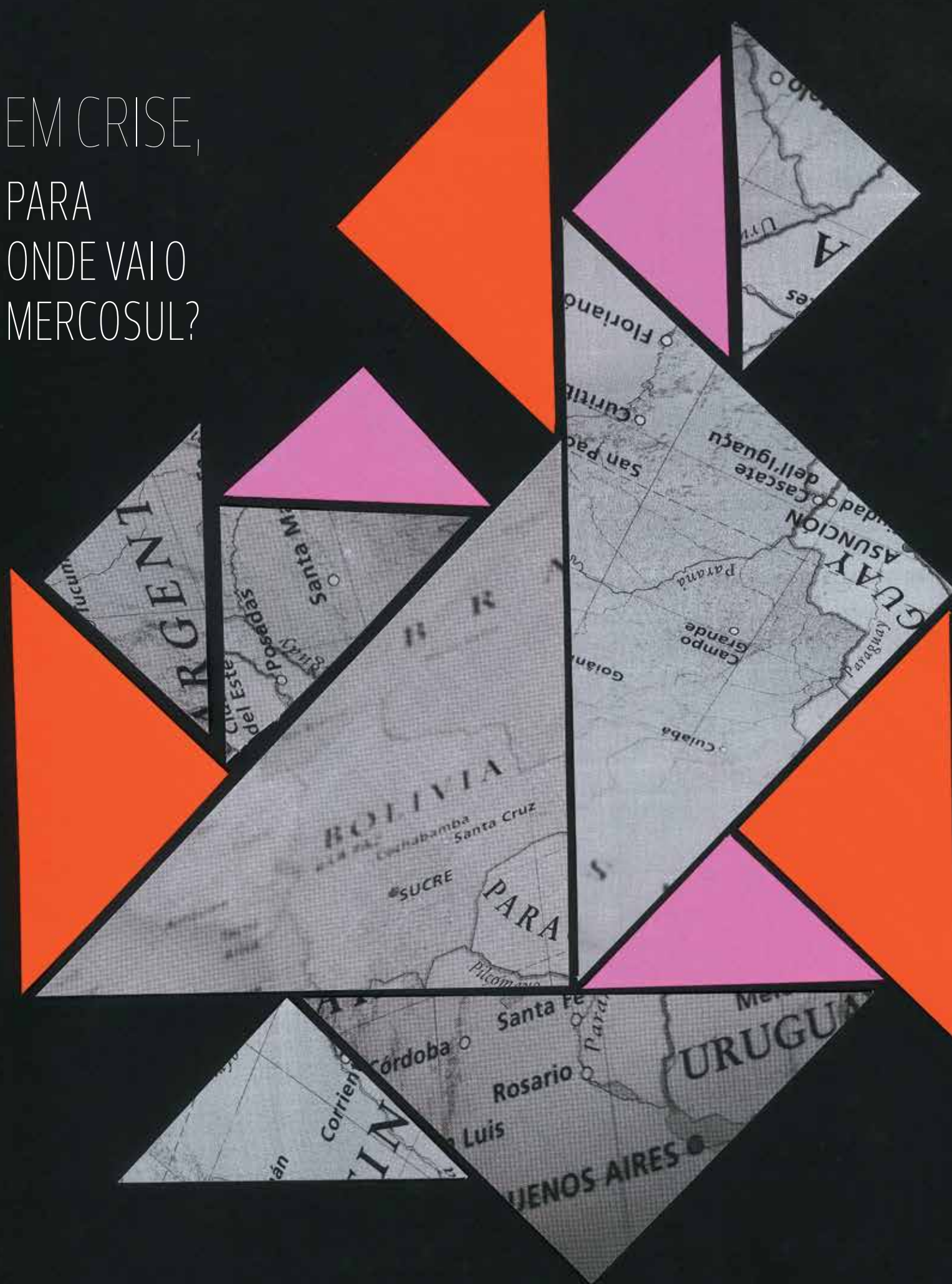
federais. “Seria uma etapa posterior à Lava Jato para tirar o dinheiro público da política”, afirma. Para Teixeira, da FGV, uma solução seria a criação de um modelo de *recall* eleitoral similar ao que é praticado em mais de mil municípios norte-americanos. Naquelas localidades, os eleitores podem remover uma autoridade eleita por meio de uma petição assinada e dirigida ao governante superior e ao próprio eleito, exigindo a sua substituição ou renúncia.

E as perspectivas não parecem ser das mais animadoras em termos de renovação. “Há um vazio de lideranças políticas. O PSDB está alojado no governo Temer, que está com baixa popularidade. Já o PT está em frangalhos, e partidos mais à esquerda, como PSOL, não contam com expressão eleitoral. Soma-se a esses fatores o descrédito da população, como comprova o índice de 42% de votos brancos, nulos e abstenções no segundo turno no Rio de Janeiro. É um cenário perfeito para um oportunista chegar com um discurso de extrema-direita”, opina Ricci. Lamounier discorda: “Não teremos uma extrema-direita desse tipo. Trump, Marine Le Pen [*candidata da Frente Nacional na França*] e assemelháveis são produtos de tensões específicas das sociedades superdesenvolvidas”. Para Sérgio Fausto, o quadro ainda está indefinido em razão dos desdobramentos da Lava Jato, que podem ceifar alguns dos potenciais candidatos. “Um eventual nome novo precisaria ser abraçado pelos partidos que formarem suas alianças. Não vejo espaço para um candidato que entre na corrida sem ter um partido forte por trás.”

Delgado considera a hipótese de o Brasil caminhar para um modelo de representatividade direta, no qual o político fala diretamente para o público e não por meio do partido, algo semelhante ao que Donald Trump vem fazendo com a rede social Twitter. Já o professor Teixeira entende que não há tempo suficiente para o amadurecimento e a consolidação de um nome que tenha peso eleitoral para atingir a população. “Provavelmente ficaremos com os mesmos nomes que já disputaram outras eleições. O ambiente até propicia o surgimento de *outsiders* e há espaço para debates que confrontem a figura do empresário bem-sucedido com a do político. Mas acredito que nem mesmo o PMDB tenha tempo para construir uma candidatura própria”, destaca.

&

EM CRISE, PARA ONDE VAI O MERCOSUL?



N

No dia 26 de março, os países-membros do Mercosul tiveram poucos motivos para celebrar os 26 anos do Tratado de Assunção, acordo que originou o grupo. O mal-estar diplomático no bloco se acentuou desde o ano passado, quando parlamentares brasileiros abandonaram a solenidade de celebração dos 25 anos do tratado em protesto contra Jorge Taiana, ex-chanceler argentino e então presidente do Parlamento do Mercosul (Parlasul), que no dia anterior utilizara o site oficial da instituição para classificar o impeachment da presidente Dilma Rousseff como “golpe parlamentar”.

Nos meses seguintes, o então ministro brasileiro das Relações Exteriores, José Serra (substituído em março por Aloysio Nunes Ferreira), alinhado com governos liberais da Argentina e do Paraguai, invocou a necessidade de uma revisão no Mercosul. Em julho, os três vizinhos se articularam para impedir que o Uruguai transferisse a presidência *pro tempore* do grupo para a Venezuela. Em dezembro, as lideranças do Mercosul anunciaram a suspensão do país andino como membro por tempo indeterminado, transferindo a chefia do grupo à Argentina. A chancelaria venezuelana se recusa a reconhecer a validade da medida, que classifica como “golpe de Estado”.

Além de atritos diplomáticos, entre 2013 e 2015 ambas as exportações dos países-membros para dentro e fora do bloco encolheram cerca de 30%. No mesmo período, a retração do intercâmbio comercial brasileiro com o bloco foi de quase um terço, tendência também observada no comércio argentino dentro da zona. Brasília e Buenos Aires enfrentam severa recessão, situação que contamina as economias uruguaia e paraguaia. Diante da atual crise, os quatro países demandam maior flexibilidade para negociar unilateralmente acordos de livre-comércio fora da área. Enquanto o Mercosul celebra outro desanimador aniversário, vive mais uma crise interna.

CICLOS DE INTEGRAÇÃO

De acordo com o sócio-diretor da Prospectiva Consultoria, Ricardo Sennes, a trajetória do Mercosul deve ser pensada em ciclos. Depois de uma fase de aproximação política entre Brasília e Buenos Aires após regimes ditatoriais, o Tratado de Assunção, de 1991, criou o Mercado Comum do Sul e fixou prazos para que os quatro países signatários – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – programassem gradualmente uma zona de livre-comércio, uma tarifa externa comum (TEC) e uma política comercial comum. Ainda que adotadas apenas parcialmente, essas medidas geraram até o fim daquela década um ciclo virtuoso de integração, abertura e crescimento, acompanhado de tratativas para integrar o Mercosul com outros blocos, como União Europeia, Alca e Comunidade Andina. No período, o comércio dentro da zona saltou de US\$ 4 bilhões para cerca de US\$ 20 bilhões, enquanto as exportações e importações extrabloco cresceram 50% e 180%, respectivamente.

Entretanto, como nota Sennes, “esse ciclo logo entra em um processo de paralisia por várias razões”. Uma delas é a reação de setores da indústria brasileira que demandam uma desaceleração da abertura econômica e se mobilizam para mimetizar o modelo protecionista de desenvolvimento industrial brasileiro no Mercosul. Outra razão é a profunda crise gerada pela desvalorização do real, em 1999, e o colapso da economia Argentina, em 2001, que levaram ao congelamento da abertura comercial e à adoção de medidas unilaterais que debilitaram a união aduaneira. Como observa o embaixador brasileiro Renato Marques, participante ativo das negociações do bloco até o fim de 1999, “o Mercosul entra neste momento em uma espécie de ‘banho-maria’”.

A partir de 2003, com a ascensão dos governos Lula, no Brasil, e Kirchner, na Argentina, as dimensões econômica e comercial do Mercosul são relegadas ao segundo plano, em favor de enfoques político e social. Segundo Marques, se por um lado essa mudança é fortemente influenciada pela ideologia de esquerda das novas lideranças, por outro, ela é também afetada pelo período de expansão econômica gerado pelo *boom* das *commodities*. “Os governos estavam muito satisfeitos com as contas nacionais, e isso esvaziou as pressões do setor de agronegócios em favor da Alca e dos membros em buscar novos caminhos no âmbito do Mercosul. Não houve

texto RODRIGO HORA | ilustração LAÍS BREVILHERI



INTEGRANTES DO BLOCO

- **Membros plenos**
ARGENTINA, BRASIL, PARAGUAI E URUGUAI
- **Membros associados** (não aderiram ao Tratado de Assunção)
CHILE, BOLÍVIA, PERU, COLÔMBIA,
EQUADOR, GUIANA e SURINAME
- **Membro suspenso**
VENEZUELA
- **Membros observadores** (fiscalizam relações entre membros plenos e associados)
MÉXICO E NOVA ZELÂNDIA

Dados: Itamaraty

praticamente medida importante no sentido de aperfeiçoar a união aduaneira e buscar integração entre Mercosul e outros blocos.”

Sob os governos de esquerda, retomara-se o crescimento do comércio entre os membros do Mercosul. Entre as iniciativas priorizadas, destaca-se para a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), em 2004 – para financiar projetos de infraestrutura, produtividade e desenvolvimento social –, e a inauguração do Parlamento do Mercosul (Parlasul), em 2006. Em julho de 2012, a transformação política do grupo chega ao ápice com a adesão plena da Venezuela. Para tanto, Argentina, Brasil e Uruguai aplicaram a cláusula democrática do acordo para suspender temporariamente o único membro contrário à medida – o governo paraguaio, que no mês anterior destituira Fernando Lugo da presidência em controverso processo de impeachment. De acordo com a especialista em política externa brasileira da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Miriam Saraiva, “foi uma decisão política equivocada, porque a Venezuela não tinha intenção de se adaptar à união aduaneira. Eles falavam em entrar no bloco para reformatá-lo”.

NOVO CICLO À VISTA

A vitória do liberal Mauricio Macri nas eleições presidenciais argentinas de 2015, somada à chegada de Michel Temer ao Palácio do Planalto no ano seguinte, marcaram o fim da predominância da esquerda no Mercosul e a ascensão de um pensamento econômico ortodoxo e pró-abertura. A promessa do então ministro José Serra de fortalecer o bloco econômico “antes de mais nada como zona de livre-comércio” e as recíprocas visitas oficiais entre Macri e Temer sugerem convergência no interesse de restabelecer o seu enfoque comercial originário. Entretanto, Miriam avalia que Temer apenas promoverá liberalizações na medida em que colaborem com a superação da crise fiscal em que o País está. Para ela, caso o grupo sustentado pelo PMDB se renove em 2018 e supere a crise, provavelmente dará continuidade às tradicionais políticas protecionistas: “Ao contrário de Macri, Temer não é um liberal. Eles podem ter interesses comuns momentâneos, mas não de longo prazo”.

Durante a coalizão Macri-Temer, a principal bandeira sustentada pelo Mercosul é a conclusão de um acordo de livre-comércio com a União Europeia (UE). Todavia, Renato Marques e Ricardo Sen-

nes avaliam que as chances de sucesso do acordo são remotas, em razão da resistência de um grupo de 13 países europeus, liderados pela França, em aceitar a entrada de produtos agrícolas sul-americanos. A situação se complicou com saída dos liberais britânicos da UE, e poderá se agravar ainda mais com a eventual eleição da nacionalista Marine Le Pen na França. Simultaneamente, lideranças do Mercosul ensaiam aproximação com México e outros países da Parceria Transpacífico (TPP), duramente debilitada com a saída americana do acordo. Em fevereiro, durante encontro no Chile, Macri e a presidente chilena Michele Bachelet convocaram para abril uma reunião entre chanceleres do Mercosul e da Aliança do Pacífico, que deverá ocorrer em Buenos Aires. Apesar de especulações, ainda é cedo para avaliar a possibilidade de uma parceria com o grupo vizinho, composto pelos membros latino-americanos do TPP – Chile, Colômbia, Peru e México.

REFORMAS EM DEBATE

Em busca de soluções para a estagnação comercial vivida no bloco, a principal demanda dos países-membros é a revisão da Decisão 32 do Conselho de Ministros do Mercosul, que reafirma o compromisso de negociar apenas conjuntamente acordos comerciais que envolvam preferências tarifárias com terceiros países ou blocos. Conforme explica o especialista em integração regional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Marcelo de Almeida Medeiros, há um conflito de interesses entre as economias mais industrializadas (Brasil e Argentina), que se beneficiam de uma tarifa externa mais elevada para proteger suas indústrias, e as economias essencialmente agrícolas (Uruguai e Paraguai), que ganhariam com a importação de manufaturados mais competitivos da Ásia, dos Estados Unidos e da Europa. O governo brasileiro também tem defendido a flexibilização da regra, em particular pelo atual fechamento da economia argentina. Entretanto, segundo Medeiros, “se isso acontecer, o Mercosul como união aduaneira, na prática, acabou, porque a única contingência real do bloco hoje é negociar tarifas em conjunto”.

O professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Istvan Kasznar, sugere três medidas cruciais para o fortalecimento do Mercosul. Primeiro, “consolidar um sistema de representação estável”, no qual a liderança do grupo não possa ser exercida por um membro em convulsões econômica, social e política. Se-

ENTRE 2013 E 2015, AMBAS AS EXPORTAÇÕES DOS PAÍSES-MEMBROS PARA DENTRO E FORA DO BLOCO ENCOLHERAM CERCA DE 30%

gundo, “estabelecer cadeias de suprimento eficientes dentro da zona”, de forma a criar elos de complementariedade nas áreas agrícola, industrial, comercial, bancária e de serviços entre os países do bloco e reduzir custos de produção. E, finalmente, “firmar acordos de legitimação de uma logística integrada”, a fim de que os países do bloco comercializem dentro de eixos alfandegário, tributário e logístico mais competitivos.

Na área comercial, Sennes defende que mais importante que discutir novos acordos extrazona seria avançar na consolidação do livre-comércio dentro do bloco: “Primeiro ponto seria abrir esse mercado, derrubar as exceções e barreiras, homogeneizar as regras não tarifárias e tornar a região realmente um mercado livre, para depois pensar no que fazer com terceiros países. Não é possível que Brasil e Argentina tenham medo de concorrer com Uruguai e Paraguai”. Para o embaixador Renato Marques, a preocupação do Brasil não deveria estar nas discussões do Mercosul, mas nas reformas internas necessárias para reduzir os custos da produção e maximizar a competitividade da economia nacional nos mercados regional e global.

&

U

UM OLHAR EUROPEU SOBRE A CRISE



BERNARDO IVO

é *global managing partner* do True Bridge Consultancy Group, com sede em Londres, no Reino Unido

Quando olhamos da Europa para o Brasil, surpreendemo-nos com a gravidade das crises política, institucional, econômica e social pelas quais o País atravessa. A democracia brasileira tem conhecido um conjunto de dificuldades e de vicissitudes que colocaram (e ainda colocam) à prova a qualidade de seu sistema democrático. Mas a história recente mostra que o respeito às leis é mais forte no Brasil do que em outros países latino-americanos.

Na década de 1980, o País foi confrontado com a morte do presidente eleito Tancredo Neves, mesmo antes de sua posse. O falecimento de um presidente é um teste para qualquer democracia. E mais: o é para um regime político muito novo, como o brasileiro à época. No entanto, o sistema constitucional funcionou como previsto, e o vice-presidente José Sarney exerceu o poder. A presidência de Fernando Collor de Mello voltou a testar a resiliência da democracia nacional, pois embora a sua demissão surja como consequência de uma forte contestação popular, o sistema atuou dentro dos limites constitucionais. E, uma vez mais, um vice-presidente assumiu: Itamar Franco. Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula

da Silva e Dilma Rousseff (nos primeiros quatro anos) exerceram seus mandatos sem sobressaltos, aportando 20 anos seguidos de estabilidade institucional.

A atual crise brasileira é séria e grave, pois tem – como as anteriores – um componente de legitimidade das instituições que afeta tanto o Executivo como o Legislativo. Se as questões política e institucional estão sendo tratadas pela Justiça, cabe-nos considerar os elementos socioeconômicos com características novas. Uma delas não pode ser ignorada: o crescimento recente da classe média brasileira. Mais de 30 milhões de pessoas ascenderam a uma vida melhor e, com isso, houve o surgimento de uma nova consciência cidadã. A recessão que o Brasil vive neste momento tem afetado antes de tudo essa nova classe média, e, segundo o Ministério do Trabalho, essas famílias estão sendo empurradas de volta às margens do mercado. Esse quadro pode criar um problema de expectativas, bem como um sentimento de injustiça pertinente e preocupante.

A história brasileira apresenta capítulos de crises e de resiliência, e o sistema constitucional do País tem encontrado em cada momento as respostas institucionais que o fazem uma das nações mais estáveis da América Latina. No entanto, esses elementos novos não podem ser desprezados, sob pena de gerar um grau de revolta de difícil gestão.

A democracia nacional vem demonstrando uma robustez admirável. Será na refundação desse contrato entre as instituições e os brasileiros (a razão das instituições que os servem) que o País poderá sair mais forte da crise do que quando entrou.

&

DEZ ANOS DE COMPROMISSO COM O DEBATE QUALIFICADO DE IDEIAS E COM A RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE INTERESSE PARA O BRASIL



ANUNCIE NA INTERESSE NACIONAL



Representante nacional e internacional exclusiva desta e de mais de 100 veículos de mídia.

+ 55 11 3078.5840 | www.lemidia.com.br

TESTE PARA A DEMOCRACIA _ PELAS IMAGENS FLAGRADAS NAS CÂMERAS DO EDIFÍCIO ONDE FUNCIONAVA A EMPRESA CARIOCA COSTA GLOBAL, LIGADA AO EX-DIRETOR DE ABASTECIMENTO DA PETROBRAS PAULO ROBERTO COSTA, OS AGENTES DA POLÍCIA FEDERAL (PF) SUSPEITARAM QUE SUAS INVESTIGAÇÕES TERIAM AMPLOS DESDOBRAMENTOS. ERA MARÇO DE 2014 QUANDO POLICIAIS FEDERAIS DEFLAGRARAM A PRIMEIRA FASE DE UMA OPERAÇÃO PARA DESMANTELAR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DE LAVAGEM DE DINHEIRO.

texto LUCAS MOTA | fotos JANAÍNA FARIAS | ilustração JOÃO MONTANARO

As evidências resultavam de escutas telefônicas que mostravam a relação entre quatro grupos encabeçados por doleiros operadores do mercado paralelo de câmbio. Enquanto se dirigiam à residência de Costa para determinar a entrega das chaves da empresa (onde faziam apreensões), parentes do executivo retiraram de lá as provas dos crimes. Mais de 80 mil documentos foram apreendidos nas primeiras ações da PF. Meses depois, o ex-executivo revelaria, em delação premiada, um ramificado esquema de corrupção na Petrobras. Ganhava repercussão no mundo inteiro a Operação Lava Jato, divisor de águas no combate à corrupção no Brasil.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), os desvios funcionavam assim: empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina a altos executivos e cooptavam funcionários de carreira da estatal. O objetivo era fraudar licitações e fechar contratos com valores superfaturados. A distribuição do dinheiro “sujo” e de bens ilícitos para recompensar a facilitação dessas práticas irregulares era feita por meio de movimentações no exterior e negócios de empresas de fachada. Quem as operava eram os doleiros desmascarados na longínqua primeira etapa da investigação, que hoje já registra mais de 35 fases. Em 730 buscas e apreensões, escancarou-se um esquema de pagamento de cerca de R\$ 6,4 bilhões em propina na maior estatal do País – o montante leva em conta os crimes denunciados até o momento.

Em setembro de 2014, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, designou uma força-tarefa de profissionais, entre eles Paulo Roberto Galvão, para conduzir as investigações. Em paralelo, entrou em cena a figura do juiz Sergio Moro, da 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba (PR), onde os processados pelo MPF passaram a ser julgados em primeira instância.

A operação não tardou a atingir políticos. O destino das remessas financeiras a nomes dos mais variados partidos quase sempre era o mesmo: financiar gastos de campanhas eleitorais, ou seja, retroalimentar uma cadeia de corrupção.

Em março, Janot enviou uma lista (a segunda) com 83 pedidos de abertura de inquéritos contra 170 políticos com foro privilegiado, além de 320 pedidos ao ministro Luiz Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF). A solitação foi baseada em 950 depoimentos de 78 delatores da Odebrecht a 116 procuradores. Em três anos, os números da Lava Jato só se avolumaram. Segundo o MPF, até o momento, são 79 prisões preventivas, 103 temporárias, seis em flagrante e 125 condenações, totalizando 1.317 anos e 21 dias de pena, além de multas e repatriações.

Em entrevista ao canal UM BRASIL, que **Problemas Brasileiros** publica com exclusividade nesta edição, Paulo Roberto Galvão, um dos procuradores federais que atua na Lava Jato, destaca a importância das delações premiadas para a evolução das investigações. Para Sergio Moro, o legado da força-tarefa é dar ao Brasil a oportunidade de crescer institucionalmente. As conversas aconteceram durante o seminário “Institution-Building, Governance and Compliance in Brazil: Politics, Policy and Business”, promovido pela Universidade Columbia, em Nova York.





PAULO ROBERTO GALVÃO

entrevista ANDRÉ ROCHA

Gostaria que comentasse sobre a delação premiada, um dos destaques da Operação Lava Jato, da qual é defensor...

A Operação Lava Jato foi possível por uma série de fatores que confluíram, mas um deles, sem dúvida, é a utilização desse mecanismo de investigação. Temos de entender que um crime, por exemplo, o de corrupção, não é como um homicídio, em que se tem um autor e uma vítima e alguém que vai à polícia contar o crime. No caso da corrupção, a vítima não sabe que é vítima, não sabe que sofreu aquele crime, então é necessário quebrar o pacto de silêncio que existe entre as pessoas. Uma das maneiras mais eficazes no mundo inteiro de se fazer isso é por meio de acordos de colaboração premiada. O que acontece? Fazemos um balanceamento do interesse público, e é claro que temos ali uma pessoa que terá uma pena menor do que em tese poderia ter, mas a verdade é que aquela pessoa também está recebendo a pena e, em termos de balanceamento do interesse público, está tendo uma pena menor, porém, está possibilitando que a investigação chegue a outras pessoas que não chegaríamos sem a delação. Além disso, está permitindo que se amplie o campo de onde se pode buscar o ressarcimento aos cofres públicos. Geralmente aquela pessoa não teria condições de bancar o prejuízo que foi causado por todo o esquema, então, quanto mais gente delatar, maior a possibilidade de conseguirmos provas para ampliar a averiguação. Posso dizer que uma investigação desse porte é praticamente impossível de ser feita sem esse instrumento da colaboração premiada.

PRECISAMOS IR MUITO ALÉM DA LAVA JATO PARA O BRASIL REALMENTE VOLTAR A MELHORAR

Como enxerga a relação da Operação Lava Jato com o público e a imprensa?

Hoje vivemos no Brasil um momento de crise, que é inegável. São crises econômica, política e ética. E nesse mesmo cenário, surge a Lava Jato como elemento que perturba o *status quo*. Isso tudo torna a situação realmente muito confusa, então é até normal que haja essas paixões de um lado e de outro, mas a verdade é que a Lava Jato é uma investigação de corrupção, não é política, é uma investigação de crimes que foram praticados, ela não está ali para beneficiar um partido ou outro, uma posição ou outra. Agora, o que acontece? Ela surge nesse contexto e é utilizada, manipulada, digamos assim, não a operação em si, mas as informações que saem da operação são realmente manipuladas por um lado e pelo outro do espectro político-ideológico. Isso dificulta até a atuação, mas o importante é que as pessoas entendam que a operação deve seguir em frente independentemente das consequências. Uma questão importante é pontuar também que essa é uma investigação sobre atos de corrupção no governo federal, e temos uma coalizão de partidos no poder há 14 anos, que só saiu agora. É até comum que a maioria dos atos investigados seja relacionada a esses partidos, mas isso não quer dizer que a investigação se volte contra um partido específico. Posso garantir com todas as provas que surgem – e com o desenrolar das investigações surgem até mais provas de atos fora do governo federal (de governos estaduais e municipais) – que o nosso objetivo é que os ministérios públicos estaduais, os juízes es-

taduais, possam desenvolver as investigações nos seus Estados da mesma forma que conseguimos desenvolver. Então, certamente é uma investigação apartidária, mas que, dado o momento político do País, é utilizada por ambos os lados, para um jogar pedra contra o outro.

Acredita que o combate à corrupção no Brasil tem alguma relação com a morosidade do Judiciário?

Na verdade, são várias as causas. Há uma estrutural, que é o grande número de processos para uma quantidade pequena de juizes, mas há também uma causa sistêmica, que é, digamos, elemento do nosso sistema processual. Elas permitem que pessoas com poderes econômico e político se valham de brechas do sistema para tentar manipulá-lo. E talvez a forma mais eficaz de manipulação desse sistema seja justamente jogando com a morosidade do Judiciário. É muito fácil de se trabalhar os processos para levá-los à prescrição, de tal forma que eles não cheguem a lugar nenhum, porque passou muito tempo e não é possível obter mais provas. Essa velocidade do Judiciário é um dos pontos que realmente precisa ser mudado se quisermos um sistema que seja de fato eficaz no combate à corrupção.

Como a operação tem trabalhado com acordos de cooperação internacional?

Eu disse anteriormente que um dos pilares da investigação é a delação premiada. Outro dos pilares é a cooperação internacional. Hoje, já temos mais de 150 solicitações desse tipo,

tanto do Brasil para outros países quanto de outros países para o Brasil, e já chegamos a 39 países. O que acontece também? Esse tipo de crime é desenvolvido de uma forma muito profissional, a lavagem de dinheiro principalmente. São utilizadas contas no exterior em diversos países justamente para tentar se esconder dos olhos da autoridade o dinheiro que circula. E é somente com essa cooperação internacional que conseguimos essas provas – tanto de obtenção de prova quando de obtenção de ressarcimento. Agora, é muito interessante que essa cooperação tenha vindo cada vez mais de outros países solicitando informações ao Brasil. Isso gera uma via de mão dupla, que facilita bastante a cooperação entre nações.

Até quando vai durar a Lava Jato? Por que cada vez mais ela ganha novos desdobramentos?

Não é possível colocar uma data para o fim da operação. Sempre que olhamos o cenário atual, vemos que ela continua se expandindo e sempre imaginamos que daqui a seis meses estará mais calmo. Só que tenho imaginado isso há dois anos e não aconteceu ainda. Por quê? Porque não escolhemos o que vamos investigar. Investigamos quando surgem provas, e cada vez que surgem mais provas, temos até um dever funcional de continuar a investigação. É possível dizer que com o cenário que já temos hoje, já conhecemos boa parte do que aconteceu dentro da Petrobras, e agora a investigação está se expandindo horizontalmente para outros órgãos públi-



cos, inclusive estaduais e municipais, e não necessariamente são fatos que serão investigados pela força-tarefa em Curitiba (ficarão com o juiz Sergio Moro), possivelmente são fatos que o Supremo decida que irão para os Estados, mas ela também se expande verticalmente, porque o esquema que identificamos não era do diretor da Petrobras com a empresa, era de gente acima deles, que usavam dos postos dessas pessoas para fins partidários e pessoais. Portanto, esse é o tipo de investigação que podemos esperar da Lava Jato vertical e horizontalmente. Sem dúvida, quando chegar o momento em que a investigação já tiver conhecimento da maior parte dos fatos (que ainda não aconteceu), ainda assim teremos vários eventos do passado que precisam ser processados. Embora já tenhamos algumas evidências, precisamos coletar mais provas, aprofundar, fazer os processos, fazer as denúncias e esperar os julgamentos. Então, ainda há muita operação pela frente.

Você está otimista com o Brasil? A Lava Jato vem realmente para mudar essa relação de políticos e empresários?

Muita gente acha que a Lava Jato é um *breaking point* por si só, é um *turning point*, ou seja, que depois da Lava Jato tudo será diferente. E é interessante que nós que trabalhamos com a investigação tenhamos outra visão do caso. Temos a consciência de que a Lava Jato até chegou a um ponto que já está consolidada e não vai retroagir, mas ela por si só não mudará esse cenário de corrupção no País, porque ela é de âmbito limitado, ela vai pegar

um caso de corrupção, um grande caso com várias ramificações, mas é apenas um caso. Sabemos que existe corrupção em outras esferas, em outros locais. A ONU estima a corrupção em R\$ 200 bilhões por ano no Brasil. Precisamos ir muito além da Lava Jato para o Brasil realmente voltar a melhorar. Tenho esperança de estarmos no caminho certo. Agora, a sociedade precisa se manter alerta e fazer realmente exigências dos seus representantes para que sejam feitas mudanças reais no Brasil, não apenas, por exemplo, a questão das dez medidas contra a corrupção, que é um projeto que traria, por um lado, mudanças reais para o Brasil, mas há outros projetos também que precisam ser levados adiante, e não apenas pelo Judiciário e pelo Ministério Público. Os outros Poderes também têm de ter essa responsabilidade de discutir a reforma política. Por exemplo, discutir eventualmente uma mudança no sistema de foro privilegiado, mas o momento importante que a Lava Jato trouxe é uma janela de oportunidades para a sociedade discutir isso.

SERGIO MORO, JUIZ FEDERAL

entrevista GUILHERME BAROLI



O senhor acredita que a crise político-econômica, somada ao combate à corrupção, coloca-nos em um momento de revisão de nossos valores como sociedade?

Acho que os brasileiros têm presente a importância da democracia e do Estado de Direito, mas esses fatos que foram demanda da investigação indicam que, na prática, muita gente estaria burlando essas regras, e isso gera indignação popular. Acho que os brasileiros percebem cada vez mais intensamente a importância desses valores democráticos. Então, eu vejo a operação, como já disse mais de uma vez, como uma oportunidade para o fortalecimento da democracia e do Estado de Direito no Brasil.

A Lava Jato tem gerado fortes reações não só em razão dos nomes dos envolvidos, mas sobretudo pela extensão do caso.

Apesar da legitimidade, o senhor acredita que a aprovação da população tem sido um fator crucial de apoio?

Sim, sim. Evidentemente que o juiz, ao julgar qualquer caso, vai considerar a prova e não a opinião pública, porque tem que se absolver mesmo diante da vontade contrária da opinião pública. Mas a opinião pública, nesses casos, envolvendo poderosos acusados, é importante para prevenir qualquer tentativa de obstrução da Justiça. Esse suporte majoritário da população brasileira, quase integral, tem sido um diferencial.

É uma oportunidade para o Brasil enfrentar, de uma forma séria, a corrupção sistêmica e, quem sabe, conseguir sair dela

Apesar do costume em criticar a corrupção e o próprio País, inclusive diante de uma operação que tem colocado corruptos poderosos na cadeia, uma parte da população depõe contra ela. Como o senhor avalia esse comportamento?

Acho que toda atuação de qualquer autoridade pública está sujeita à crítica. Sempre haverá pessoas insatisfeitas, mas muitas vezes isso é resultado de má informação. Também se divulga muita declaração falsa, e muitas vezes se tenta colocar cores partidárias no caso, mas infelizmente algumas pessoas são convencidas a esse respeito. Não que elas não sejam favoráveis à democracia e ao Estado de Direito, mas (a meu ver) produto de informações equivocadas.

O senhor acredita que o legado dessa força-tarefa possa mudar o curso do País na relação entre público e privado?

Essa é uma questão aberta. É muito difícil saber exatamente o que vai acontecer no futuro, mas o caso, por sua dimensão, dá ao Brasil uma oportunidade, não só pelos fatos já revelados, mas porque houve em vários casos já julgados uma resposta institucional adequada. Dá oportunidade para que o Brasil cresça institucionalmente com base nele. Não só esse caso, vários, isso não é algo sozinho, o Mensalão foi julgado pela Suprema Corte. Hoje existem ou-

tras investigações relevantes espalhadas, então é uma oportunidade para o Brasil enfrentar, de uma forma séria, a corrupção sistêmica e, quem sabe, conseguir sair dela.

E melhorar a qualidade da democracia.

É, exatamente, forçando a qualidade da democracia.

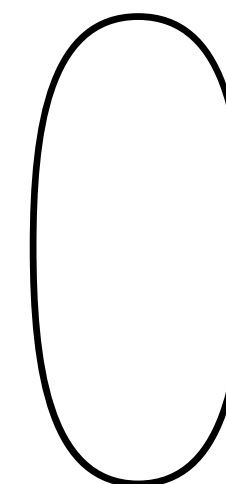
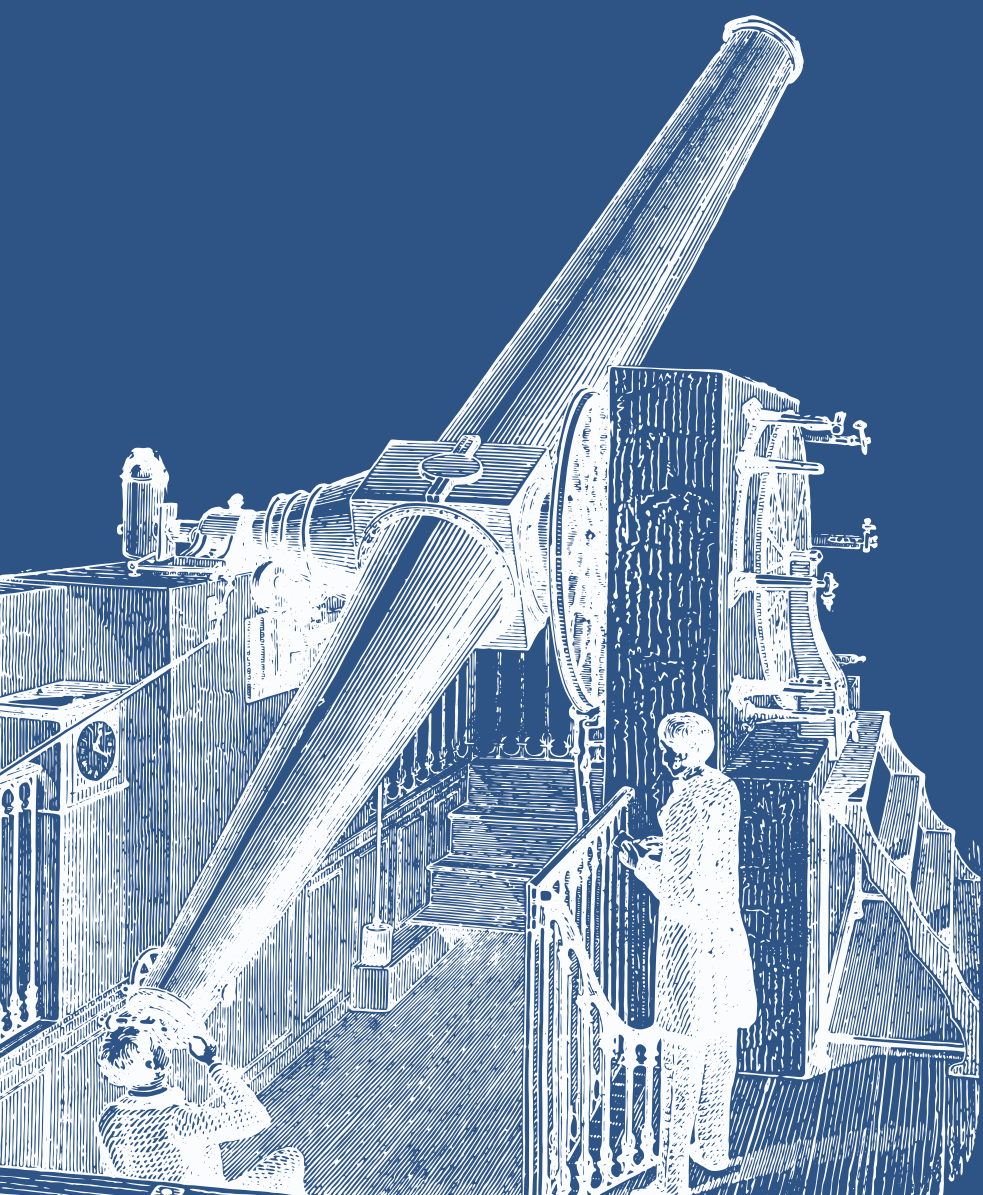
Em entrevista ao canal UM BRASIL, o ex-ministro do STF Ayres Britto falou muito sobre as diversas crises pelas quais o Brasil passa. Ele foi bastante positivo. Acredita que o País tem jeito. Acho que o senhor, também. Qual a mensagem para as pessoas que não acreditam nisso?

Acho que o Brasil tem muito jeito, temos uma história belíssima, um país que se fez, foi construído, tem os seus pecados, tem os seus erros, mas tem uma história que o dignifica, afinal, estamos hoje numa democracia robusta, com problemas econômicos, mas é impossível acreditar que exista um destino trágico histórico para o País. Ao contrário, acho que até esse mesmo enfrentamento da corrupção mostra que o Brasil tem algum motivo para se orgulhar, como teve no passado em relação aos Estados.

&

PESQUISA EM TEMPOS DE CRISE

texto SABINE RIGHETTI



O Brasil está entre os países que mais produzem ciência no mundo, com quase 170 trabalhos científicos publicados por dia em 2015, em áreas como medicina, astronomia e ciências sociais. Esse ritmo, no entanto, dizem os cientistas brasileiros, pode cair se o volume de dinheiro para as pesquisas seguir os cortes sofridos nos últimos anos. Para se ter uma ideia, o orçamento federal para o financiamento de ciência em 2016 (aproximadamente R\$ 4,6 bilhões) foi 40% inferior ao de 2013 (R\$ 7,9 bilhões), desconsiderando a inflação do período. Nos Estados, as fundações de amparo à pesquisa, que sobrevivem da porcentagem da receita tributária e que repassam recursos para ciência nas universidades, por exemplo, também entraram “na faca”.

“A ideia de que a ciência move um país não é cultural no Brasil”, diz a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a biomédica Helena Nader. À frente de boa parte da luta dos cientistas brasileiros por mais recursos para a área e frequentemente vista em Brasília com demandas nas mãos, Helena tem insistido que a ciência é uma das formas de, afinal, tirar o

Brasil da atual recessão. “Sem ciência não há saneamento básico, não há vacinas, não há produção de *commodities*, não há desenvolvimento de novas tecnologias”, diz. “Vamos sempre depender de importação.”

Na prática, o corte recente generalizado nos recursos para pesquisa científica nacional é sentido nos laboratórios de diferentes maneiras. “Está cada vez mais difícil conseguir bolsa de pesquisa”, diz a coordenadora do Centro de Genoma Humano da USP – referência na área na América Latina –, a geneticista Mayana Zatz. As bolsas são uma espécie de salário pago aos alunos de pós-graduação para que eles se dediquem em tempo integral aos trabalhos científicos. Os recursos das bolsas vêm das fundações estaduais de fomento à ciência e de agências federais como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sob a pasta de educação, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ambos sofreram cortes.

O CNPq perdeu cerca de R\$ 1 bilhão no orçamento federal de 2015 para 2016 [veja *infográfico*]. Diminuiu, por exemplo, em 20% a quantidade de bolsas de iniciação científica destinadas a alunos de graduação que pretendam começar a fazer pesquisa. Criado em 1951, hoje está sob o “guarda-chuva” de uma secretaria do novo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC). A agência federal só conseguiu respirar mais aliviada no fim de 2016, com a promessa de aporte extra de recursos de repatriação negociados pelo ministro Gilberto Kassab (Ciência) com o governo federal. Ao todo, R\$ 1,5 bilhão em recursos extra devem voltar ao Brasil direto para as contas do MCTIC e, de acordo com informações da pasta, parte dos recursos será encaminhada ao CNPq.

“Sem bolsas de pesquisa, o trabalho fica perdido”, diz Mayana. Na USP, os laboratórios co-

15 PAÍSES COM A MAIOR PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO MUNDO (2015)

1. Estados Unidos **567.007**
2. China **416.409**
3. Reino Unido **169.483**
4. Alemanha **149.773**
5. Índia **123.206**
6. Japão **109.305**
7. França **103.733**
8. Itália **95.836**
9. Canadá **89.312**
10. Austrália **82.567**
11. Espanha **79.209**
12. Coreia do Sul **73.433**
13. Brasil **61.122**
14. Rússia **57.881**
15. Holanda **51.434**

Fonte: *Scimago*

DINHEIRO PARA CIÊNCIA (EM BILHÕES)



Fontes: *Capes e CNPq*

mandados pela cientista são especializados em pesquisa de doenças genéticas. Lá, Mayana, sua equipe e seus alunos estão tentando compreender a influência da genética em idosos saudáveis com mais de 80 anos. A ideia é mapear genes que possam influenciar a manutenção da saúde dessas pessoas ou que atuem como “protetores” de doenças comuns na idade avançada, como câncer e Alzheimer. O grupo já conseguiu montar o maior banco de genoma humano de idosos do mundo, com um total de 1,3 mil amostras. Os cientistas também conseguiram fazer, com ajuda de instituições dos Estados Unidos, imagens do cérebro de cerca de 600 desses idosos por meio de ressonância magnética. “Agora, precisamos de alunos com bolsas para interpretar esses dados”, diz.

SEM TÉCNICOS

A geneticista também têm sentido falta de técnicos, profissionais essenciais nas chamadas “pesquisas de bancada” (feitas em laboratórios). O problema é que ela perdeu três desses especialistas no programa de demissão voluntária da USP, criado para segurar a crise financeira da universidade. Em 2013, a USP chegou a gastar 25% mais do que recebe do Estado de São Paulo só com pagamento de salários. “Estamos ficando cada vez mais distantes da ciência do primeiro mundo”, ressalta a geneticista.

Os cortes chegaram até a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a maior

agência estadual de financiamento à ciência do País e uma das responsáveis pela produção científica paulista, que, hoje, gira em torno de 40% do que o Brasil publica em artigos científicos. No começo de 2017, o governo paulista anunciara – e voltou atrás – um corte de mais de 10% do orçamento anual da fundação. A medida foi revertida depois da reação dos cientistas paulistas. “A Fapesp é um santuário, não pode ser mexida”, afirma Mayana. O montante destinado à fundação, no entanto, cai à medida que a receita tributária do Estado de São Paulo sofre com a crise econômica.

Sem recursos, alguns cientistas têm tentado formas alternativas ao dinheiro público para o financiamento de suas pesquisas. A bióloga Letícia Alabí, mestre pela Universidade Federal do ABC (UFABC), por exemplo, tentou levantar recentemente R\$ 12 mil na plataforma Entropia Coletiva para um trabalho de pesquisa em colaboração com o Instituto de Astronomia da USP (IAG). Conseguiu R\$ 800. “Vou tentar uma nova chamada em breve, mas sigo aguardando o resultado das bolsas de pesquisa das agências de fomento”, destaca.

Em termos de produção científica, o Brasil ainda se mantém competitivo mundialmente. Ocupa, atualmente, a 13ª posição no ranking mundial de trabalhos publicados em revistas científicas globais [veja *infográfico*]. Trata-se de um salto importante: há 25 anos, o País aparecia em 24º lugar no mundo em número de traba-

lhos. O impacto desses trabalhos, medido pela quantidade de vezes que um estudo científico é citado por outros artigos publicados na sequência, no entanto, tem caído. Desde 2011, o Brasil perdeu quatro posições no impacto da ciência mundial e, hoje, ocupa o 44º lugar.

Trabalhos científicos publicados em inglês têm mais chance de serem citados, já que podem ser acessados por mais cientistas. Artigos em inglês feitos em colaboração internacional (uma tendência na ciência atual) são ainda mais citados e, portanto, geram mais impacto. O problema é que, com menos dinheiro, as colaborações internacionais podem se tornar mais raras.

OXIGÊNIO

“As viagens fora do País são o nosso oxigênio”, explica o coordenador do Laboratório Interinstitucional de e-Astronomia (LIIneA), do Observatório Nacional, no Rio de Janeiro, Luiz Nicolaci da Costa. “O problema é que, além da falta de recursos, as viagens internacionais enfrentam uma burocracia administrativa enorme. Eu já cheguei a desistir de algumas”, diz. Cientistas que estudam o universo, como os astrônomos, por exemplo, precisam passar temporadas em observatórios estrangeiros e, depois, voltam para fazer a análise dos dados encontrados. “Um dos problemas para o cientista brasileiro atualmente é a falta de previsibilidade. É difícil planejar uma pesquisa porque não sabemos se haverá recursos.”

“SEM CIÊNCIA NÃO HÁ SANEAMENTO BÁSICO, NÃO HÁ VACINAS, NÃO HÁ PRODUÇÃO DE *COMMODITIES*, NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO DE NOVAS TECNOLOGIAS”

HELENA NADER, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Um dos observatórios astronômicos mais visados pelos cientistas brasileiros é o Observatório Europeu do Sul (ESO), no Chile, instalação que concentra instrumentos de observação em solo com maior produção científica do planeta. Em dezembro de 2010, o Brasil chegou a assinar um compromisso de adesão ao ESO, mas nunca pagou as anuidades para integrar o grupo. “Usamos e não pagamos. Estamos perdendo a credibilidade”, afirma Costa.

Grandes projetos milionários na ciência brasileira, como a adesão do País ao ESO, estão congelados. É o mesmo caso do megareator multipropósito do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), que, orçado em R\$ 850 milhões em 2010, deveria ter ficado pronto no ano passado. A máquina atenderia à demanda nacional de elementos radioativos de usos médico e científico. Apesar de ter a sexta maior reserva de urânio (usado na produção dos radioisótopos), o Brasil os importa de países como Argentina e Israel.

OVO DE DINOSSAURO

“Estamos tentando pelo menos manter o orçamento previsto para o Sirius”, diz Nader, da SBPC. Sirius é o nome do novo acelerador de luz síncrotron em construção no Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), em Campinas, no interior de São Paulo. A chamada “luz síncrotron”, radiação gerada pela aceleração de elétrons que correm em órbita fechada num anel, permite a ge-

ração de imagens em alta resolução. O anel de luz síncrotron atual foi inaugurado em 1998 e hoje é considerado obsoleto. O novo acelerador, mais ousado projeto da ciência nacional da atualidade, tem aplicações na paleontologia, por exemplo, permitindo a geração de imagens em 3D do interior de um ovo fossilizado de dinossauro. Hoje, no Brasil, é preciso quebrar fósseis para estudá-los.

Além de recursos, mudanças importantes na política científica nacional também estão paradas. É o caso da regulamentação do Marco Legal da Ciência e Tecnologia (Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016), que, entre outras alterações, facilita o processo de importação de insumos científicos e flexibiliza as compras que, hoje, dependem de licitações. Helena, da SBPC, está acompanhando de perto o processo de regulamentação de um conjunto de leis particulares, importante para as atividades de ciência. “Em alguns casos, precisamos de um equipamento específico e não do mais barato”, explica Mayana. Hoje, pela legislação vigente, a importação de reagentes, compostos básicos no funcionamento de um laboratório, por exemplo, pode levar alguns meses. Enquanto não chega, as pesquisas ficam paradas. “Sempre digo que fazer ciência dessa maneira é quase um milagre”, conclui a genetecista.

&

Qualicorp
Amil de
Benefícios:
ANS nº 417172

Bradesco Saúde:
ANS nº 005711
Amil:
ANS nº 326305
SulAmérica:
ANS nº 006246

R\$ 207,00 - Exato Adesão Trad. 16 F AHO QC COP (registro na ANS nº 476.942/16-2), da SulAmérica Saúde, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de outubro/2016 - SP). Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Março/2017.

FECOMERCIOSP

*Empregador do Comércio,
aproveite esta oportunidade:
**Planos de saúde
a partir de R\$ 207.¹***

Só a Qualicorp e a FECOMERCIO-SP oferecem inúmeras e excelentes alternativas para você escolher uma que atenda às suas necessidades. Líder de mercado, temos parceria com a FECOMERCIO-SP e mais de 470 entidades de classe para negociar o melhor para você.

Opção, qualidade
e credibilidade.



Deixe a Qualicorp oferecer o melhor para você.

0800 799 3003

De segunda a sexta-feira, das 9h às 21h; aos sábados, das 10h às 16h.

www.qualicorp.com.br/anuncio





Mapa - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

PERNAMBUCO DA PUJANÇA À RECESSÃO

Celeiro de importantes projetos de infraestrutura, Pernambuco assistiu à sua economia ruir em razão da crise que assolou o País e paralisou obras vitais para o crescimento de novos mercados no Nordeste. Agora, a economia pernambucana apresenta tímidos sinais de recuperação. Para crescer acima da média e voltar a ser um dos motores do desenvolvimento nacional, precisa apostar em planejamento de longo prazo e em parcerias com a iniciativa privada.

texto FABÍOLA PEREZ

P

Pernambuco alcançou destaque nacional único nos últimos dez anos. Apesar de ter vivido um processo de industrialização tardio em relação a outras regiões do Nordeste, como Bahia e Ceará, que apresentaram altos índices de desenvolvimento nas décadas de 1970 e 1980, o Estado se tornou um dos principais polos de atração de investimentos públicos e privados nos anos de 2000. Projetos importantes nas áreas de infraestrutura e de óleo e gás o tornaram um dos Estados mais promissores do País. O Complexo Portuário de Suape passou a ser considerado o maior e mais estratégico porto do litoral brasileiro; o Estaleiro do Atlântico Sul, o maior do hemisfério, prometia fazer renascer a indústria naval; e a Refinaria Abreu e Lima (Rnest) geraria empregos a milhares de pernambucanos e o faria assumir um papel fundamental no mercado de combustíveis. Esses empreendimentos fizeram o território sonhar com o salto econômico e despertaram olhares de investidores estrangeiros. Em 2014, porém, quando a maior parte das obras saía do papel, o estopim da crise fez as cidades pernambucanas irem do apogeu ao fundo do poço, e quase todos os setores perderam fôlego para sobreviver à recessão. “Quando

o Estado chegou ao ápice de seu desenvolvimento, a crise desabou e os principais investimentos foram suspensos”, afirma o professor de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Carlos Magno Lopes. “Os projetos foram atingidos pela Operação Lava Jato e pela revisão do plano de investimento da Petrobras.”

Com o cenário se deteriorando ano após ano, os grandes projetos naufragaram nas denúncias de corrupção, e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – que criariam um novo patamar de infraestrutura local – paralisaram à espera de recursos do governo federal. Uma das consequências dessa derrocada foi o aumento exponencial do desemprego. De acordo com um levantamento realizado pela Consultoria Econômica e Planejamento (Ceplan), o Estado figura na lista dos que mais fecharam vagas em todo o País. Para se ter uma ideia, em 2014, quando o Brasil concluía o ano com 398,1 mil novas vagas, Pernambuco perdia 13,7 mil empregos. Naquele ano, começava o desmanche do canteiro de obras da refinaria da Petrobras, que culminou com a demissão de 42 mil trabalhadores. Hoje, Abreu e Lima opera com apenas 50% de sua capacidade e emprega 1,5 mil trabalhadores. A revisão das atividades da estatal diminuiu bruscamente o volume de negócios. “Antes se discutia como esses empreendimentos teriam competitividade internacional em relação a países como Singapura, Noruega e Coreia do Sul. De repente, o problema se antecipou e veio a grande frustração”, explica o economista da UFPE. Diferentemente de outros Estados do Nordeste, a industrialização de Pernambuco foi interrompida.

Segundo um levantamento realizado pelo Tribunal de Contas de Pernambuco, divulgado em novembro do ano passado, quase mil obras públicas estaduais e municipais estão paralisadas. Mais de 1,4 mil contratos de 184 municípios foram identificados como parados. “A grande maioria das justificativas foi em relação à dificuldade no repasse de recursos federais”, afirma o auditor responsável pelo estudo, Paulo Teixeira. “O Estado viveu um período de pujança entre 2012 e 2014, e isso mudou completamente quando os recursos começaram a rarear por causa da crise.” A inoperância que permeia os empreendimentos da região afeta todos os setores e põe em xeque a recuperação. “É um problema sério, e retomar os investimentos dependerá da capacidade fiscal do governo federal”, afirma Lopes. “Enquanto isso não ocorrer, o avanço e a capaci-



Agência Mídias Press/Folhapress



Foto: Daniel Martencio/Folhapress, MERCADO

1. Refinaria Abreu e Lima, a mais moderna do País, aberta para atender às demandas do Norte e do Nordeste, opera aquém da sua capacidade
2. Maior porto do litoral brasileiro, complexo de Suape tem cem empresas instaladas. Com a recessão que o País atravessa, as vagas de emprego diminuíram

REFINARIA ABREU E LIMA FOI IDEALIZADA PARA PRODUZIR 200 MIL BARRIS DE PETRÓLEO POR DIA. ATUALMENTE, PRODUZ APENAS 90 MIL

dade produtiva ficarão ameaçados. Muitas obras estarão obsoletas quando voltarem a funcionar.” Isso acontece porque as empresas que injetaram recursos nos projetos de desenvolvimento estão endividadas. “O governo está comprometido com os fornecedores em bilhões de reais”, afirma o economista e presidente da consultoria Datamétrica, Alexandre Rands. “Um arranjo financeiro deveria ser feito, já que existe um alto nível de inadimplência no setores público e privado.”

O agravamento da crise econômica nacional deixou uma cadeia de empresas em colapso financeiro. Com a desmobilização de Suape, muitas vagas de emprego fecharam e, com a recessão afetando outros setores, esses trabalhadores não conseguiram se recolocar no mercado. No primeiro semestre de 2016, enquanto a queda do PIB brasileiro foi de 4,6%, o de Pernambuco encolheu 6,7%. Em relação à taxa de desemprego, enquanto no País o índice passou de 8,9% para 11,8% no fim de 2016, no Estado subiu de 11,2% para 15,3%. Apesar de o governo estadual priorizar o corte de gastos, o processo de recuperação deve ser lento. “Quando o Brasil voltar a crescer de forma mais acelerada, Pernambuco também passará por uma reestruturação da dívida”, explica Rands. Para a economista e sócia da Ceplan, Tânia Bacelar, uma conjunção de fatores agravou o quadro do Estado. “Vivemos um ciclo de implantação de investimentos na ordem de R\$ 110 bilhões, e em 2016 esses projetos se encerraram, o que coincidiu com a crise nacional e com as investigações da Lava Jato, e então tudo estagnou.”

MOTORES DO DESENVOLVIMENTO

O parque industrial de Pernambuco não havia alcançado tanta representatividade até a expansão do Porto de Suape. Hoje, o complexo é considerado um dos mais completos do País, com cem empresas instaladas, outras 35 em fase de implementação e investimentos na ordem de US\$ 17 bilhões. Mas nem sempre foi assim. Na década de 1990, o Estado se via sob a ameaça de perder o posto de segunda maior economia da região para o Ceará. A indústria respondia apenas por 11% do PIB, e a eco-

nomia se apoiou, então, no setor de serviços. Assim, o porto começou a despontar como uma potência a ser explorada em função do tamanho, da localização e das profundezas das águas em seu entorno. Com o impulso trazido pela refinaria, diversas empresas passaram a se interessar pelos negócios no complexo portuário, modificando a dinâmica local. O Estado passou a depender menos de indústrias de baixo nível tecnológico. Um novo polo petroquímico, naval e de petróleo e gás nasceu para dar mais fôlego à economia. Esse avanço ajudou diversos segmentos. A indústria têxtil, por exemplo, substituiu o algodão, como matéria-prima, pelos fios sintéticos da cadeia petroquímica. Em menos de uma década, o setor industrial ganhou expressividade e passou a ocupar 28% da economia de Pernambuco. “Revertemos um declínio econômico que durou décadas e formamos uma nova matriz industrial, mais moderna e de mais valor agregado”, destaca o presidente do Conselho Regional de Economia do Estado (Corecon-PE), Fernando de Aquino Fonseca Neto.

Outra obra que tem potencial para desenvolver a economia do Estado é a Refinaria Abreu e Lima. Considerada a mais moderna do País, ela iniciou as operações em 2014 com o objetivo de produzir óleo diesel para atender às demandas do Norte e do Nordeste por derivados e petróleo e reduzir as importações. Quando foi idealizada, sua capacidade era produzir 200 mil barris de petróleo por dia. Atualmente, produz apenas 90 mil barris por dia. No ano passado, algumas obras da refinaria deveriam ser retomadas como o primeiro trem, obra que geraria de 6 mil a 8 mil postos de trabalho, e a Unidade de Abatimento de Emissões de Enxofre (Snox), responsável por diminuir a emissão de poluentes na atmosfera. A conclusão dessa unidade é fundamental para que o empreendimento opere com sua carga total (110 mil barris de petróleo por dia) na primeira linha de produção. O equipamento ficou abandonado depois da saída de uma empresa responsável pela construção afetada pela Lava Jato. Agora, o prazo de conclusões é somente para 2018. A euforia da indústria naval também

Pernambuco foi destaque nacional na última década, tornando-se um dos principais polos de atração de investimentos públicos e privados. Com a recessão que assolou o País, viu obras vitais serem paralisadas



anos”, ressalta Magno. O avanço na transposição do Rio São Francisco também faria a diferença. O Agreste e o Sertão pernambucanos sofrem há décadas com a crise hídrica e poderiam ser fortemente beneficiados.

GIGANTES HISTÓRICOS E ATUAIS

Antes do *boom* do polo petroquímico no Estado, outros setores já eram historicamente considerados fundamentais à economia. A indústria sucroalcooleira é vital para o desenvolvimento pernambucano. “Os setores de alimentos, bebidas e açúcar são os carros-chefe da economia local, mas vêm perdendo dinamismo em decorrência da seca”, afirma o economista e membro do Corecon-PE, Fábio Silva. Em uma economia que se consolidou baseada na produção rural, explica Rands, da Datamétrica, a primeira indústria que começa a prosperar é a de alimentos. Com o cultivo da cana-de-açúcar, muitas usinas se instalaram pela região e fortaleceram o setor sucroalcooleiro. “Essa atividade, porém, depende muito de fatores climáticos, das condições da safra e da cotação estabelecida internacionalmente”, diz Magno. Nos últimos anos, o Estado atraiu grandes grupos como Perdigão e Sadia, que montaram fábricas no interior, em função da localização geográfica estratégica no Nordeste. O setor que corresponde à maior fatia do PIB pernambucano (70%) é o de serviços, que, apesar da crise, vem se desenvolvendo em muitas vertentes.

Recife se consolidou como um centro de serviços médicos, reafirmando esse potencial na luta contra a epidemia do zika vírus. As viroses transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti* recentemente, apesar de terem aumentado os custos com a saúde pública e gerado ônus ao setor privado, reforçou a sofisticação da pesquisa e da mão de obra médica na região. Além disso, o Porto Digital, criado em 2000 com um investimento de R\$ 33 milhões, é considerado o maior parque tecnológico nacional. Atualmente, reúne 267 empresas e emprega aproximadamente 8,5 mil pessoas. O empreendimento reúne

companhias públicas, privadas e incubadoras de universidades que trabalham na criação de softwares e serviços em tecnologia da informação e comunicação. Nos três últimos anos, esse conjunto de *players* faturou mais de R\$ 1,4 bilhão e atraiu para o centro de Recife multinacionais e empresas de tecnologia. Para o economista da UFPE, Carlos Magno, trata-se de um centro de computação de excelência que atrai mão de obra especializada e gera uma enorme quantidade de recursos e valor agregado.

Se o emprego amargou índices decrescentes com a retração da construção civil, o setor automotivo pode ser promissor para reverter essas taxas. Ele ganhou mais força com o polo automotivo da Fiat Chrysler Automobiles (FCA), em Goiana, na Zona da Mata Norte. A planta tem capacidade para produzir 250 mil veículos por ano e, no ano passado, gerou cerca de 500 vagas de emprego. Para aproveitar esse potencial, a infraestrutura deve estar mais bem preparada. “A Fiat poderia escoar a produção de carros para Salvador com custo e tempo muito menores. As três horas necessárias para fazer o transporte pelo porto ou pela região metropolitana seriam reduzidas a uma, via Arco Metropolitano”, ressalta Rands. Aos poucos, Pernambuco se tornou cada vez mais interessante para o ramo de automóveis. Segundo especialistas, apenas três cidades poderiam receber uma planta desse porte: Salvador, Fortaleza e Recife. Na primeira, já havia outra empresa do setor, e a capital pernambucana contava com o atrativo de Suape. “A região deve gerar empregos com muito impacto, além de ampliar a cadeia em torno da fábrica”, diz o presidente da Datamétrica. A tendência, segundo Fábio Silva, do Corecon-PE, é que a chegada dessa planta atraia outras empresas e melhore a cadeia produtiva. “Outras unidades de produção e de peças devem germinar na região e, com isso, a economia pode começar a reagir”, diz. Estima-se que, futuramente, 20 fábricas se instalem na região.

Os segmentos de confecções e fruticultura também sobreviveram à crise. A produção de tecidos e jeans do Agreste pernambucano é uma das atividades econômicas mais tradicionais do Estado. Formada pelos municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, a cadeia se manteve atrativa até mesmo nos anos em que o dólar era favorável às importações na China. Os produtos são fabricados localmente por grande parte da população e tem como destino o mercado consumidor de baixa renda de Norte, Nordeste e Sudeste. As peças são comercializadas em feiras populares, que reúnem desde fabricantes até representantes de pequenas confecções. Contudo, um dos entraves à ampliação do setor de confecções é o custo da produção. O jeans, principalmente, precisa ser lavado durante o processo, e o período de seca colocou em risco a estabilidade desse segmento. Já a fruticultura ajudou a economia pernambucana a crescer 5% no PIB de 2015. De acordo com dados da Embrapa, a uva alcançou o maior faturamento em exportações entre as frutas brasileiras, com US\$ 169,2 milhões. Para se ter uma ideia, o Brasil exporta anualmente

mais de 82 mil toneladas da fruta. Em Pernambuco, a agricultura familiar ganhou força, com os 275 mil estabelecimentos rurais em uma área de 2,5 milhões de hectares, além de criação de caprinos e bovinos e cultivo de grãos e frutas.

SUPERAR A CRISE

Embora a estagnação tenha gerado uma espécie de desânimo coletivo, o Estado tem uma situação fiscal mais equilibrada do que outros, que precisaram declarar calamidade financeira e recorrer aos cofres da União. Pernambuco fechou o ano passado com superávit primário de R\$ 777,4 milhões. A arrecadação do ICMS, principal fonte de receita do Estado e termômetro das finanças públicas, cresceu de R\$ 12,8 bilhões para R\$ 13,7 bilhões entre 2015 e 2016. “Temos uma capacidade maior de sair da crise porque nossos empreendimentos já estão prontos ou quase prontos”, diz Magno. Com um portfólio de projetos que atrai investidores nacionais e internacionais, a aposta é que companhias se sintam mais confiantes para se fixarem na região com a melhora dos ambientes político e econômico do Brasil. Agora, o desafio será oferecer incentivos e condições adequadas às empresas nessa conjuntura. As obras do Arco Metropolitano, por exemplo, poderiam ser realizadas pela iniciativa privada. Já a duplicação das rodovias e a construção da Ferrovia Transnordestina dependeriam de uma parceria público-privada (PPP) para sair do papel.

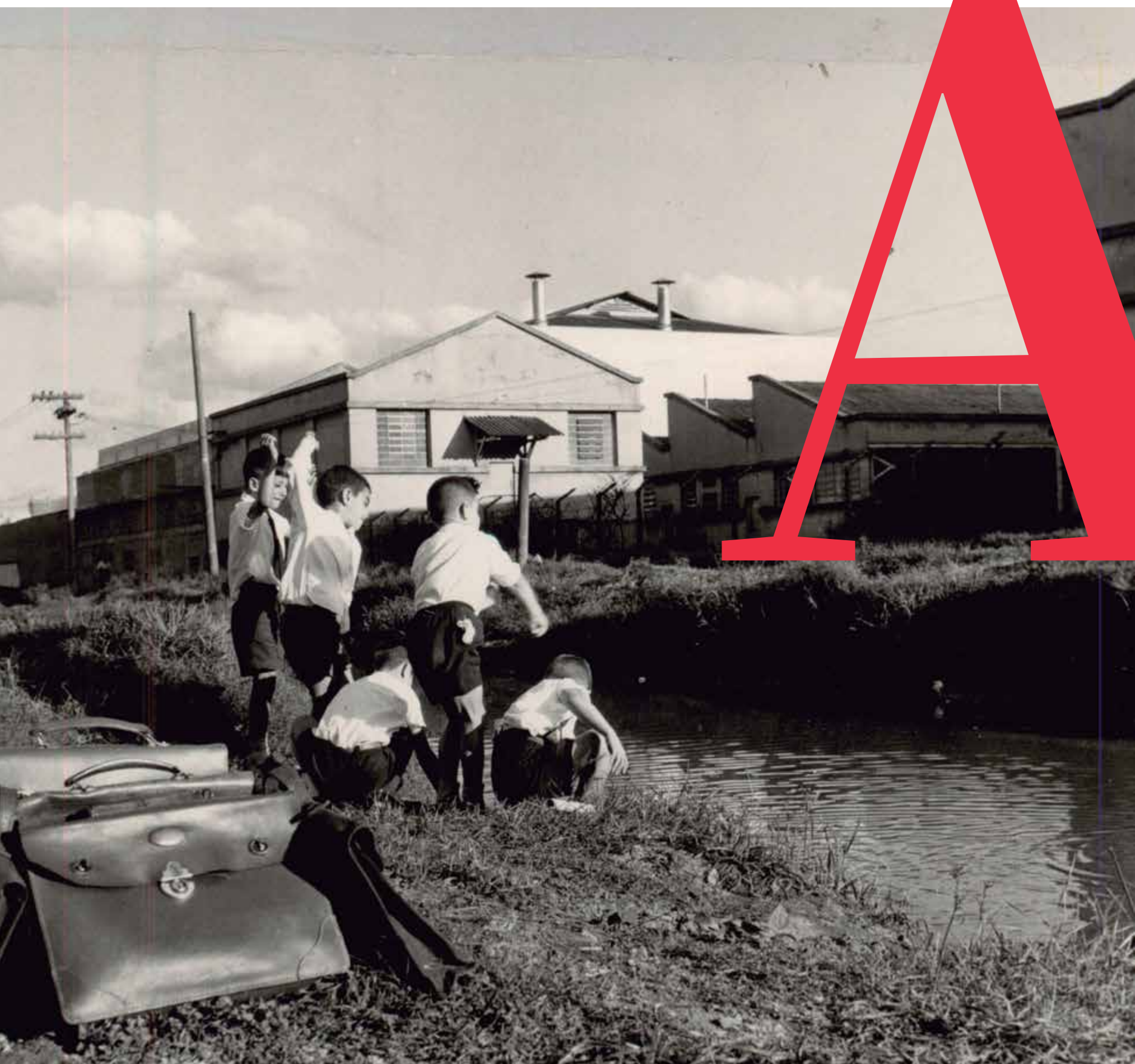
No terceiro semestre do ano passado, dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe/Fidem) mostraram os primeiros sinais de uma tímida recuperação. O PIB estadual cresceu 0,4% em relação ao do trimestre anterior, puxado pelo bons desempenhos da indústria, do pólo automotivo e da Refinaria Abreu e Lima. “O ritmo deverá ser recuperado”, diz Fonseca Neto. “Os investimentos reativarão a construção civil com a geração de empregos, que elevará a demanda por bens de consumo, impulsionando o comércio e a indústria.” Atualmente, o Estado representa 20% da economia do Nordeste, por isso, ainda não possui autonomia para sair sozinho da recessão. Ainda assim, não se pode menosprezar a força da indústria que desponta: cerca de 70% dos novos projetos estão concentrados nesse setor. Assim, a expectativa de retomada da economia local, segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão, anda de mãos dadas com a recuperação nacional. Ainda que lenta e gradual, se os gestores locais conseguirem retirar do papel os empreendimentos-chave, Pernambuco finalmente dará os saldos econômico e industrial que almeja.

&

não durou muito. Há cinco anos, o setor reunia encomendas bilionárias e hoje sofre com a falta de propostas. O trabalho se restringe à conclusão de projetos antigos e ao reparo de embarcações.

Em termos de infraestrutura, Pernambuco tem muitos projetos que ainda precisam ser colocados em prática. “Temos condições favoráveis. Além do Porto de Suape, nosso aeroporto tem sido avaliado como um dos melhores do País, mesmo dentro de uma área urbana de Recife”, ressalta Fonseca Neto, do Corecon-PE. “O início da duplicação da BR-232, que corta o Estado da capital rumo ao sertão, tem facilitado muito a circulação de mercadorias e recursos”, diz ele. No entanto, para dar mais eficiência à logística no território, seria fundamental a continuidade da duplicação de outros trechos da BR e o término das obras da Ferrovia Transnordestina, que ligaria Suape, no sul do Estado, ao sul do Piauí, até se encontrar com a Ferrovia Norte-Sul, que interliga o País. “O projeto articularia o Nordeste ao polo produtor de grãos do Centro-Oeste”, explica Tânia. As obras para o Arco Metropolitano, importante projeto que ligaria o norte ao sul de Recife, também estão paralisadas. “Pernambuco não tem recursos próprios para investir, as empresas só vêm mediante incentivos fiscais e tributários, e obras como essas só trazem retorno financeiro depois de muitos

ESTADO QUE REPRESENTA 20% DA ECONOMIA DO NORDESTE SOFRE COM A PARALISAÇÃO DE QUASE MIL OBRAS PÚBLICAS



Folhapress/Folhapress

CIDADES EM GENTRIFICAÇÃO REFLEXO DA SOCIEDADE

texto SILVIA KOCHEN

As cidades de hoje surgiram como vilarejos em algum ponto longínquo da história. Esses vilarejos foram crescendo ao longo do tempo, e a convivência com grupos cada vez mais diversos de pessoas acabaram dando origem às grandes metrópoles que encontramos atualmente em todo o globo. Esses espaços cosmopolitas, contudo, começam a ser palco de pressões para que certos grupos sejam excluídos de seus meios de convívio. O fenômeno passou a ser chamado de “processo de gentrificação” (do inglês *gentrification*; de *gentry*, termo que identifica a classe de pessoas abastadas de origem nobre).

A gentrificação está presente em praticamente todos os cantos do mundo, mas ocorre de forma arrebatadora em locais onde a desigualdade social é mais intensa. Em São Paulo, essa elitização da cidade vem se intensificando nos últimos anos em suas regiões mais centrais, como observa o arquiteto e engenheiro Gilberto de Carvalho. Ele conta que ainda estudante começou a acompanhar o crescimento da metrópole movido pelo gosto de caminhar. Quando percebeu que a capital paulista poderia melhorar, passou a participar dos debates em torno do Plano Diretor de São Paulo desde a sua primeira versão, em 1972. Hoje, ele ocupa uma cadeira no Conselho Temático da Câmara Municipal de Transporte e Trânsito e é um militante de bandeiras urbanas.

ORDEM NO CAOS

Até os anos de 1970, o crescimento da Cidade de São Paulo era caótico, gerando problemas a seus moradores. Em um ponto eram construídas casas; mais adiante, estabelecimentos comerciais e fábricas ao redor. A única regra era a do Código de Obras, que impunha padrões para as edificações, mas não havia qualquer planejamento urbanístico. Fábricas poluentes funcionavam ao lado de residências, escolas ficavam longe e a vida urbana era muito difícil.

Embora naquela época os paulistanos tivessem orgulho de uma cidade que “não para de crescer” (o slogan que então a definia), o prefeito Figueiredo Ferraz (1971-1973) deu um alerta: “São Paulo precisa parar”, senão será o caos. Por isso, elaborou o primeiro Plano Diretor da cidade, de 1972, que, por exemplo, delimitava áreas que deveriam ser restritas a usos residencial, comercial, industrial e mistas, entre outras medidas de planejamento urbano. O plano foi revisado em 1986, 2002 e 2014.

A obrigatoriedade de elaboração de um Plano Diretor para todo município brasileiro com mais

ESPAÇOS COSMOPOLITAS COMEÇAM A SER PALCO DE PRESSÕES PARA QUE CERTOS GRUPOS SOCIAIS SEJAM EXCLUÍDOS DE SEUS MEIOS DE CONVÍVIO, FENÔMENO CHAMADO DE “GENTRIFICAÇÃO”

de 20 mil habitantes advém do Estatuto das Cidades, uma lei federal de 2001. Sua função é a de disciplinar o desenvolvimento urbano e estabelecer diretrizes para o seu planejamento. Esse plano deve ser revisado a cada decênio. E é aí que atores urbanos conflitantes entram em jogo.

INTERESSES EM CONFLITO

“O debate para a elaboração do atual Plano Diretor de São Paulo foi alvo de vários movimentos de pressão”, revela Carvalho. “Como o plano vai influir na Lei de Ocupação e Uso do Solo e no Código de Obras da cidade, há grandes interesses de grupos imobiliários”, afirma. Ele observa que quando um prefeito não quer, “empurra o projeto com a barriga” e o deixa emperrado. Por isso, segundo o arquiteto, a revisão ficou travada durante as gestões Serra e Kassab e só começou a avançar na gestão Haddad.

Para ele, o novo plano trouxe avanços em termos sociais. Mas essas melhorias só serão perceptíveis daqui a duas décadas, porque às vésperas da mudança de regras foi aprovado um número recorde de empreendimentos imobiliários na cidade. Esses projetos são estocados pelas grandes incorporadoras, que os colocam em andamento em momento oportuno.

O arquiteto observa que, nas últimas décadas, o desenvolvimento de São Paulo tem sido regido pela outorga onerosa do direito de construir. Esse dispositivo permite ao construtor ultrapassar os parâmetros urbanísticos para edificações desde que ofereça uma contrapartida financeira, que deve ser destinada a um fundo da prefeitura para a implantação de projetos urbanos. Na prática, significa que é possível comprar uma licença para ultrapassar os limites estabelecidos pela lei para a construção.

Hoje, o foco desses empreendimentos está se concentrando na região da Barra Funda e adjacências – desde Perdizes até a Marginal Tietê, e em direção ao centro, passando por Campos Elíseos até a região da *cracolândia*. É uma área de uso misto onde se encontram inúmeros galpões de indústrias que ali funcionavam há quase um século e casas simples, com 50 ou 60 anos de idade. Essa região tem uma localização relativamente central e já começa a receber grandes torres residenciais ou condomínios fechados. Um exemplo é o empreendimento Jardim das Perdizes, afirma Carvalho, um conjunto de torres residenciais e de escritórios que deve atrair um fluxo de 40 mil a 50 mil pessoas diariamente ao local.

EXPULSÃO DOS MORADORES

Carvalho opina que os antigos moradores da Barra Funda estão praticamente sendo expulsos da região em razão de um grande empreendimento que visa a atender a interesses particulares. O projeto, feito com a participação do Estado e da prefeitura em regime de parceria público-privada (PPP), pedia propostas para uma ocupação ordenada do local. O problema maior, na avaliação do arquiteto, é que esses “espigões verticais”, ao contrário do que acontece em metrópoles europeias, não dispõem de mecanismos de reserva social para habitação da população de baixa renda.

“O Estado demarcou a região como de interesse público e lançou edital para que as empresas apresentassem projetos para a área,” explica. Com a pressão dos moradores, que questionaram a quantidade de imóveis desocupados (as áreas para PPP deveriam ser de baixa densidade populacional), o governo voltou atrás. Depois, tentou novamente, apenas mudando um pouco o perímetro da área a ser desapropriada, e mais uma vez recuou diante das manifestações contrárias.

Mas antes mesmo da publicação dos editais, os moradores foram surpreendidos com o “ataque” implacável de corretores das incorporadoras que lhes incutiam o terror de ter suas casas desapropriadas. Dessa forma, as empresas compraram vários imóveis na região, a preço de banana, em áreas até então desvalorizadas.

Essas empresas mantêm os terrenos sem uso enquanto lhes convém, até o momento de investir. Frequentemente, as incorporadoras nem sequer pagam o imposto por essas propriedades em estoque. Elas aguardam a intervenção do Poder Público, que constrói estações de metrô, praças e outros equipamentos urbanos, para que a região volte a se valorizar. Então, os terrenos têm seus impostos pagos e toda a situação é regularizada para permitir empreendimentos de peso, explica Carvalho.

Ele revela que, hoje, boa parte da região da *cracolândia* é propriedade da corretora Porto Seguro, que tem um grande estoque de terrenos por lá. A grande briga para o avanço dessas empresas na próxima década, avalia, deverá ser a área dos Campos Elíseos, que entrou em processo de degradação com a mudança da sede do Governo do Estado para o Palácio dos Bandeirantes, em meados da década de 1960.

CIDADANIA EM RISCO

A gentrificação é gerada pela substituição de antigas estruturas urbanas por outras novas e mais modernas, explica o urbanista e professor de arquitetura Lessandro Lessa Rodrigues, que já atuou no planejamento urbano dos municípios de Itaúna, Betim e Belo Horizonte, em Minas Gerais. As novas propriedades agregam valor para venda e locação de imóveis e acabam por expulsar os antigos moradores e usuários do local. Assim, a população original da área, que poderia usufruir das melhorias levadas aos locais onde trabalha, empreende e mora, vê-se forçada pela dinâmica do mercado imobiliário a ocupar áreas ainda não valorizadas.

“Esse processo é comum às diversas cidades brasileiras, mas é mais intenso em localidades onde a dinâmica imobiliária é maior”, destaca Rodrigues. Ele observa que, embora pareça um avanço em termos urbanos, na verdade significa um retrocesso, pois o conceito de cidadania incorpora o direito de viver com dignidade e participar da vida das cidades. “Ao serem forçados a abandonar os locais que tiveram melhorias em decorrência do avanço do mercado imobiliário, os moradores originais, de certa forma, experimentam perda de cidadania”, afirma. Isso ocorre também em áreas pobres brasileiras, como vilas e favelas, onde “os mais pobres são substituídos pelos menos pobres em uma triste realidade”.

O arquiteto aponta que a gentrificação acaba sendo ativada com a realização de eventos. Como exemplo, cita a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Ambos exigiram investimentos consideráveis em mobilidade urbana, o que acabou por valorizar as áreas que os receberam. “Em breve poderemos ver quais os desdobramentos desse processo para a população originalmente moradora das áreas beneficiadas pelas obras”, prevê.

Contudo, ressalta Lessa Rodrigues, “as cidades nada mais são que o reflexo da sociedade que as constrói”. Talvez por isso que os condomínios fechados, ilhas que excluem da convivência gente economicamente diferenciada de seus moradores, sejam tão comuns no País.

ACESSO RESTRITO

Os condomínios fechados surgiram como um novo produto imobiliário com diferenciais para atrair classes de maior poder aquisitivo. Um dos pioneiros foi o Ilhas do Sul, um conjunto de prédios no Alto da Lapa, em São Paulo, lançado na década de 1970, que vendia um novo conceito

de moradia, com equipamentos de lazer (como piscinas e espaços de convivência) e estrutura de serviços, como segurança (portaria e vigilância). Os imóveis enalçaram na época e quase levaram a Construtora Albuquerque Takaoka à falência, mas a empresa foi salva por um novo empreendimento: Alphaville.

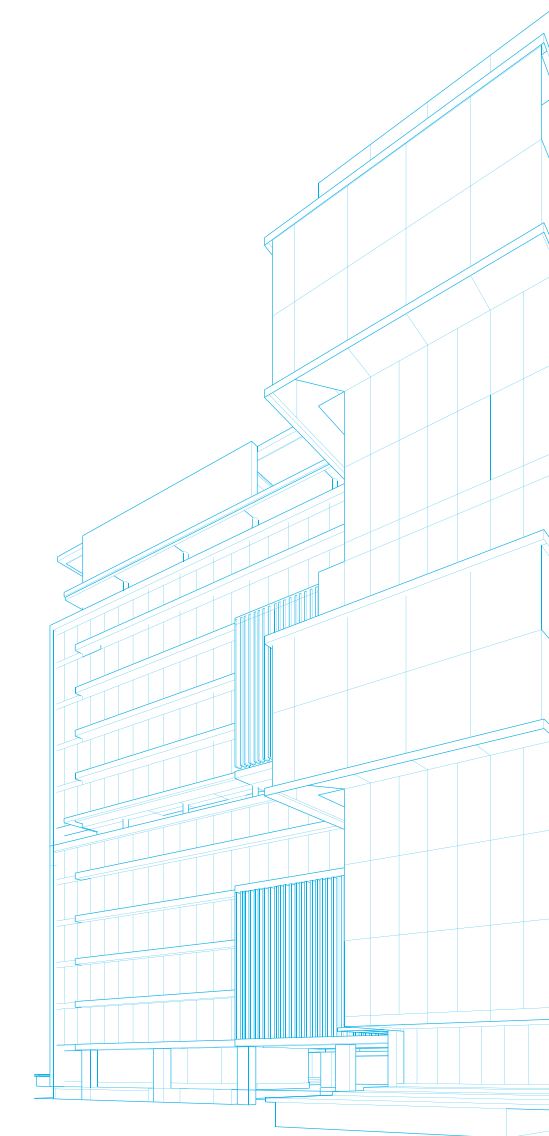
Modelo criado para praticamente funcionar como uma cidade com administração privada, Alphaville cresceu, assim como o seu conceito. A partir da década de 1990, condomínios fechados se espalharam por todo o País e mesmo ultrapassaram fronteiras, chegando à Argentina e ao Chile. Hoje é comum encontrá-los em países com grande concentração de renda, como os da América Latina e da África.

“Era um novo produto oferecido pelo mercado imobiliário que vendia a ideia de se viver entre iguais”, explica a urbanista Jupira Gomes Mendonça, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Entretanto, segundo ela, trata-se de loteamentos fechados, e não condomínios, pois eles não têm área condominial, coletiva. Para ela, o que está em jogo é o próprio conceito de cidade, uma vez que a *urbe* é um espaço de convivência plural, e os condomínios se fecham para essa experiência.

A regulamentação dos condomínios fechados é complicada. Há casos de empreendimentos que fecharam áreas imensas, obrigando pessoas a aumentar seu trajeto diário e contornar os muros condominiais para chegar a seu destino; ou que se apropriam de praças públicas, incluindo as dentro de seus limites. Jupira observa que alguns municípios resolveram exigir que áreas públicas de lazer sejam construídas fora dos muros dos condomínios, e que estes se responsabilizem por sua manutenção.

Para a arquiteta, os condomínios fechados reproduzem o modelo de exclusão existente na sociedade, na qual uma área é isolada para impedir a convivência com os diferentes. Ela cita o exemplo de um grande empreendimento em Belo Horizonte batizado como Reserva Real, com mansões de altíssimo padrão, cada uma com um hangar particular, dispostas ao redor de uma pista de pouso. O local tem uma escola em seu interior e até mesmo um espaço de habitação, bem afastada da área social, para os empregados das mansões. Um belo exemplo do modelo de casa grande e senzala.

&



Senac.

Desconto para tirar seus planos do papel.

Em todos os cursos presenciais livres, técnicos e de idiomas, **desconto de 30%.**

Desconto válido de janeiro a dezembro de 2017.
APRENDIZADO E CONHECIMENTO PARA SEMPRE.

O desconto de 30% é válido para as unidades da Grande São Paulo e não será aplicado para os cursos EAD, cursos superiores, Atendimento Corporativo, eventos e produtos da editora. Nesses casos, aplica-se a Política Senac de Descontos Institucionais.

Alberto Cecconi
Aluno do Senac
São Paulo.



www.sp.senac.br

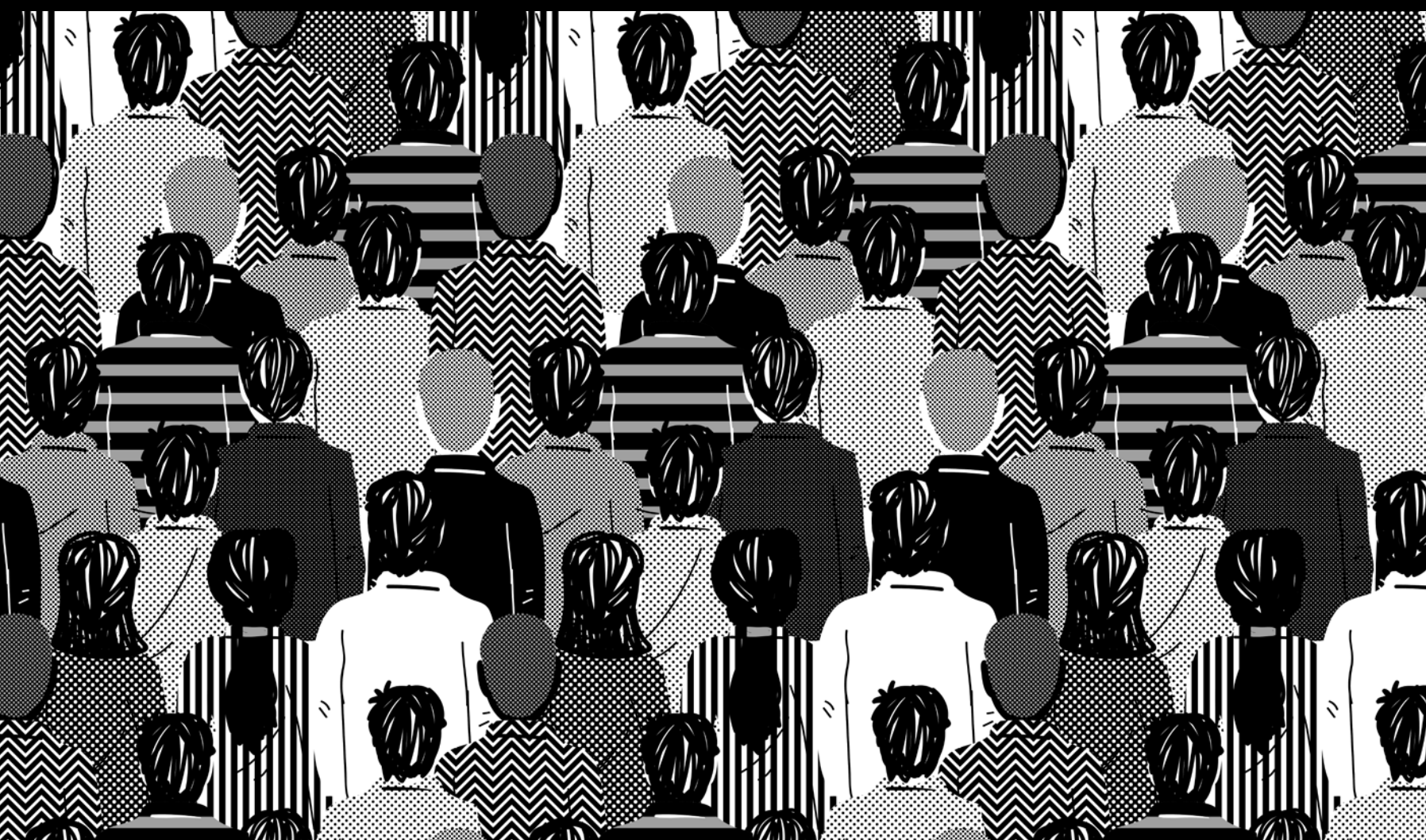
CAPITAIS E REGIÕES METROPOLITANAS: **4090 1030**

DEMAIS REGIÕES: **0800 883 2000**

publicis

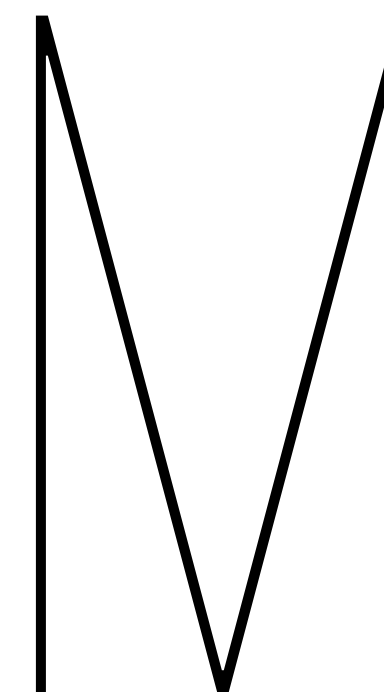


Senac



MAIS JOVENS, MENOS EMPREGOS

texto FILIPE LOPES



Muito se fala sobre as consequências de uma população predominantemente idosa daqui 30 ou 40 anos, como o aumento dos gastos públicos com aposentadorias e assistência de saúde. A preocupação aumenta ao verificarmos que estamos vivenciando o fenômeno do chamado “bônus demográfico”, que ocorre quando a faixa mais produtiva e consumidora da pirâmide etária se torna majoritária – o que já ocorreu em 2014 e até 2018 será maioria da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por outro lado, às vésperas de assistir a esse bônus, o Brasil passa por uma escassez de empregos para os mais jovens (entre 14 e 24 anos), o que diminui o poder de consumo dessa faixa e põe em xeque a sua formação e inserção no mercado de trabalho formal.

Segundo texto da Carta de Conjuntura nº 33, divulgada em dezembro de 2016 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a taxa de desemprego geral alcançou 12%, 3 pontos percentuais acima do observado no mesmo período

de 2015. Os jovens com idade entre 14 e 24 anos foram os mais atingidos, cuja taxa de desemprego chegou a 27,7%, seguida pelos trabalhadores com ensino médio incompleto (21,4%). Em decorrência da recessão que o Brasil enfrenta, empresas cortaram investimentos e enxugaram seus quadros de funcionários, optando por manter a mão de obra experiente e qualificada.

De acordo com o diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea e coordenador do estudo sobre desemprego, José Ronaldo de Castro Souza Júnior, em geral é normal acontecer isso com essa faixa etária em um período de crise econômica como o atual. “Por se tratar de uma mão de obra pouco qualificada ou sem nenhuma experiência, ela sofre mais com o desemprego. Já as pessoas com mais qualificação tem menos dificuldades de encontrar emprego”, aponta. Isso pode afetar os jovens, segundo Souza, em longo prazo, na medida em que saem da sua área de estudo para trabalhar em outros setores e não conseguem mais retornar, o que pode aumentar o índice de emprego informal.

O jovem de hoje não é o mesmo daquele de décadas atrás, que por vezes abandonava os estudos e se lançava no mercado de trabalho para sustentar a família. Embora tenha mais acesso à educação, o desemprego nessa faixa etária acaba tirando a oportunidade de amadurecer suas qualidades profissionais. “O início da carreira se dá na fase denominada de ‘promessa’, que vai dos 20 aos 30 anos de idade, em que são descobertas as aptidões e o potencial do capital humano. Assim, os jovens até os 25 anos ainda não acumulam experiência a oferecer ao mercado de trabalho e estão, sim, vivenciando sua formação acadêmica em diferentes áreas e empresas com o intuito de se identificarem (ou não) com as atividades desenvolvidas. Com base nessas identificações, farão as escolhas mais pertinentes para as posições e empresas que darão mais sentido à construção de sua carreira e os levarão a acelerar na hierarquia organizacional e adquirir a experiência desejada”, aponta a consultora de transição de carreira e *coaching* da Thomas Case & Associados, Marcia Vazquez.

BÔNUS DEMOGRÁFICO

Fenômeno ocorre quando a faixa etária mais produtiva e consumidora da população se torna majoritária. Isso acontece em razão da redução da taxa de fecundidade e da diminuição da mortalidade durante um período. O resultado é o aumento da proporção de pessoas em idade de trabalhar.

DESEMPREGO

BRASIL



27,7% Jovens com idade entre 14 e 24 anos



21,4% Trabalhadores com ensino médio incompleto

Motivos: recessão econômica leva empresas a cortar investimentos e diminuir quadro de funcionários, optando pela mão de obra experiente.

MUNDO

Aproximadamente 73 milhões de jovens estão em busca de uma oportunidade.

Em 2016, a taxa de desemprego entre jovens atingiu 13,1%, alta de 0,2 ponto percentual na comparação com 2015.

Fonte: Ipea e OIT

A falta de oportunidades na população entre 14 e 24 anos pode ocasionar, em curto prazo, a escassez de profissionais para ocupar cargos iniciais e intermediários, como funções de liderança, que exigem conhecimentos operacionais e técnico, acumulados ao longo da vida corporativa na maioria das empresas. “Em longo prazo, acabaremos por observar líderes menos estratégicos e mais voltados para tarefas de execução, que deveriam ser desenvolvidas pelos mais jovens”, afirma Marcia. Essa má-formação dos profissionais nas empresas pode contribuir para aumentar ainda mais a baixa produtividade brasileira, que amarga a última colocação no ranking das 12 principais economias do mundo.

PROBLEMA GLOBAL

O crescente desemprego entre os mais jovens não é um fenômeno tipicamente brasileiro. Por todo o planeta, essa faixa etária encontra dificuldades de iniciar sua trajetória no mercado de trabalho. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o mundo enfrenta uma crise de emprego juvenil. Aproximadamente 73 milhões de jovens estão em busca de uma oportunidade. Em 2016, a taxa de desemprego entre os mais novos atingiu 13,1%, alta de 0,2 ponto percentual na comparação com 2015, e deve se manter nesse patamar neste ano. A maior preocupação, de acordo com a OIT, é a parcela e o número de jovens que vivem em situação de pobreza extrema ou moderada a despeito de estarem empregados em países emergentes e em desenvolvimento: são mais de 150 milhões, ou 37,7% dos jovens trabalhadores.

Apesar de fazer parte dessa preocupante estatística, o Brasil ainda conta com o bônus demográfico, que posterga o caos no mercado de trabalho, observado em países com faixa etária predominantemente idosa. “A gente ainda vive o período de bônus demográfico quando o número de jovens é bastante elevado, o que torna a situação menos pior. Em países europeus como a Espanha, onde o desemprego atinge mais de 50% da população mais nova, sendo que a faixa predominante é de pessoas idosas (acima dos 60

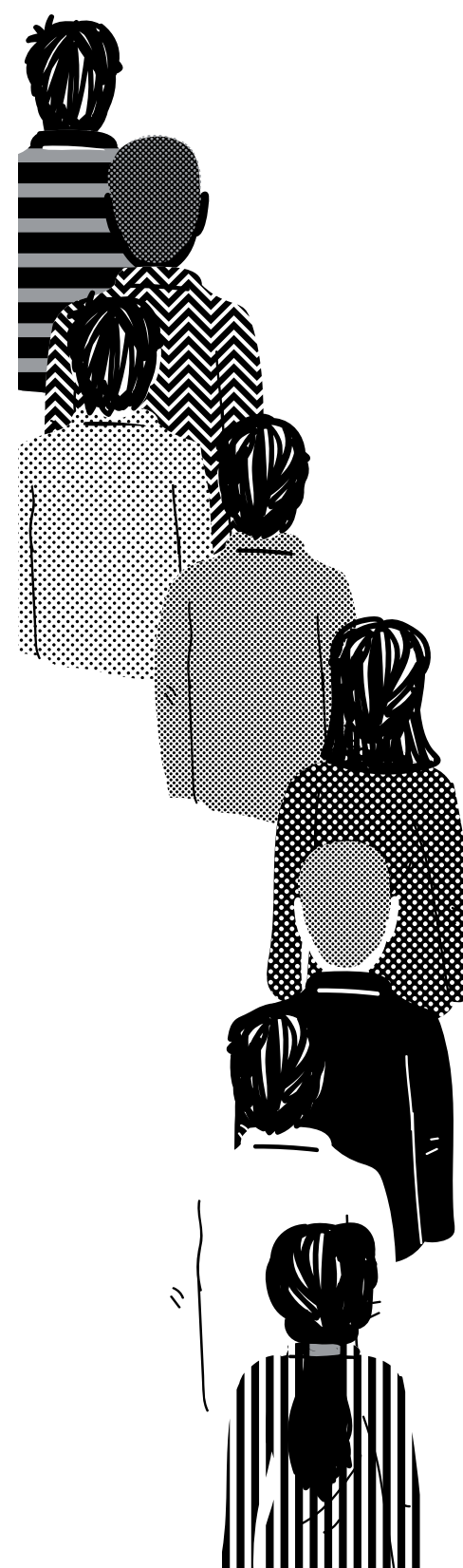
anos, portanto, menos produtivas), o caos é muito maior e mais grave”, aponta Souza.

OPORTUNIDADES

O remédio contra o desemprego juvenil passa pela qualificação e determinação do jovem para se tornar atraente profissionalmente. Talvez o melhor caminho possa ser a aproximação de entidades educacionais que fazem uma “ponte” entre estudantes e empresas, que por sua vez investem em profissionais realmente alinhados com as expectativas do mercado. “Entretanto, o que o jovem pode fazer é se qualificar verdadeiramente, atingindo aquilo que o mercado busca. Uma coisa é você ter um diploma, e outra é ter qualificação, ir além do estudo e realmente fazer um estágio na sua área e se envolver com a profissão”, afirma Souza.

Segundo a coordenadora da área de educação do Senac São Paulo, Ana Kuller, não basta o jovem se qualificar, ele deve estar atento às aspirações do mercado. “No geral, a falta de formação e a experiência profissional são as justificativas mais comuns para a não contratação de jovens. Cabe também destacar que, em alguns casos, eles até possuem formação, mas esta não se dá no nível ou na área em que as empresas demandam”, aponta. Ainda de acordo com Ana, é importante que qualquer ação de formação esteja integrada ao projeto de vida do jovem que faça sentido em um contexto mais amplo e que conecte experiências, desejos e planos.

O problema em encontrar mão de obra especializada é um dos principais entraves apontados pelas empresas brasileiras de todos os portes e setores. Em algumas regiões do País, não existem instituições educacionais ou ações governamentais que ajudem na profissionalização de trabalhadores, e as empresas assumem a responsabilidade de qualificá-los adequadamente. São muitas as companhias que contam com programas internos de formação profissional para jovens aprendizes ou contratam empresas de treinamento, com o intuito de sanar esse *gap* educacional. Contudo, em época de crise, esses programas são reduzidos. Para Marcia Vazquez, a qualificação do jovem deve ter responsabilidade compartilhada



MÁ-FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NAS EMPRESAS PODE CONTRIBUIR PARA AUMENTAR AINDA MAIS A BAIXA PRODUTIVIDADE BRASILEIRA, QUE AMARGA A ÚLTIMA COLOCAÇÃO NO RANKING DAS 12 PRINCIPAIS ECONOMIAS DO MUNDO

da entre o trabalhador e as empresas. Ela avalia que o mercado atual exige do profissional mais do que experiência e qualificação, sendo fundamental para sua recolocação a flexibilidade em se adaptar a novos ambientes, como psicólogos que atuam em áreas de atendimento ao cliente – fora do universo dos consultórios –, mas, ainda assim, praticam a profissão, cuidando de pessoas.

EMPREENDEDORISMO

O alto desemprego, no entanto, pode impulsionar outras áreas não acionadas pelo bom desempenho da economia. O empreendedorismo pode ser a saída para jovens que buscam o primeiro emprego e são preteridos pela falta de experiência. Segundo o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, a falta de oportunidade de emprego cria no jovem um sentimento de frustração. Por isso, ele considera essencial ampliar, aos jovens, o acesso a orientações sobre empreendedorismo, para que eles considerem essa alternativa profissional com o desenvolvimento de habilidades e atitudes empreendedoras. “A janela do empreendedorismo é uma das mais interessantes, porque coincide com um momento propício, em que o jovem tem acesso

a muita informação atualizada, é recém-egresso dos bancos escolares e, por outro lado, ainda não tem muitas responsabilidades, como sustentar uma família”, afirma.

“O papel das escolas no fomento às discussões de novas formas de atuação dentro das carreiras é fundamental, já que podem ser fonte inspiradora para a geração do trabalho em suas variadas formas. Poderão auxiliar a abrir caminhos antes não pensados e, especialmente, ensinar que o emprego está morrendo em todo o mundo, mas o trabalho permanece como o principal ordenador da vida humana e um dos possíveis responsáveis pela nossa felicidade”, aponta Marcia. Nesse contexto, o Sebrae mantém o Programa Nacional de Educação Empreendedora, que já capacitou mais de 2,5 milhões de estudantes.

Resta confiar nas projeções de retomada do crescimento marcada por sinais de estabilização da economia com expectativa de crescimento até 1% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, fazendo empresas voltarem a crescer e a investir, o que deve contribuir para a melhoria do mercado de trabalho.

&

VENENO NO PRATO

texto RACHEL CARDOSO

Diariamente se colocam à mesa do brasileiro suculentas frutas e legumes aparentemente nutritivos, no entanto, carregados de resíduos tóxicos – muitos deles já proibidos na Europa. Não à toa, o Brasil continua a liderar o ranking mundial do consumo de agrotóxicos, indústria que movimenta mais de US\$ 2 bilhões ao ano.

O País consome, em média, 7 litros per capita de veneno a cada ano, o que resulta em mais de 70 mil intoxicações agudas e crônicas em igual período, segundo dados do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Os números podem ser ainda mais avassaladores, pois o próprio Ministério da Saúde estima que, para cada evento de intoxicação por agrotóxico notificado, há outros 50 não comunicados. Essas estatísticas dão um alerta sobre o impacto causado – tanto na saúde pública como no meio ambiente – pela política agrícola adotada pelo País.

E a opção para reduzir as doses de veneno depende, principalmente, da vontade de mudar esse quadro. “O velho discurso de que os orgânicos são caros e só podem ser consumidos por uma parcela mais abastada da população não é verdadeiro, e a nossa experiência é a prova disso”, conta o coordenador do Grupo Gestor do Arroz Agroecológico do Rio Grande Sul, o produtor Emerson Giacomelli. A iniciativa nasceu há 15 anos com um grupo de assentados pela reforma agrária, na Grande Porto Alegre, que se viu sem rumo quando foi instalado numa região não adequada às lavouras com as quais estava acostumado a lidar: milho, soja e feijão. “Tivemos de aprender uma nova atividade e começamos pelo plantio do arroz convencional, o que nos levou à falência”, diz.

Depois de investidas mal-sucedidas, a alternativa foi manter a atividade, mas mudar a maneira do plantio. “Alteramos o pacote tecnológico e uma nova fase começou”, conta. Hoje, as 600 famílias ali instaladas sobrevivem dos 5 mil hectares que rendem mais de 400 mil sacas de arroz. Eles cuidam de toda a cadeia produtiva, desde o beneficiamento até a distribuição.

“Tivemos um crescimento de 20% nos últimos anos em número de famílias, lavouras, área e produção, o que nos levou a servir de modelo para outros assentamentos”, conta o agricultor, ao falar da marca que chegou a ser fornecida para a merenda escolar de escolas municipais de São Paulo e do ABCD, na região metropolitana paulistana.

Ao todo, 16 municípios do Rio Grande do Sul replicam a produção de arroz agroecológico, sem adubo químico nem defensivo. “É um negócio que gera emprego e renda e produto saudável a preço competitivo, acessível a todos os consumidores”, opina.

Na avaliação de Giacomelli, o que falta para exemplos como o da Grande Porto Alegre se proliferarem é apoio semelhante ao que recebe o agronegócio convencional. “Não há políticas públicas de fomento para produção em larga escala de alimentos saudáveis que não prejudiquem a natureza.”

O Programa Nacional para Redução de Agrotóxicos (Pronara), braço do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, criado em 2013, até previa a redução do uso de agrotóxicos nas lavouras por meio do incentivo à conversão de sistemas de produção orgânicos e de base agroecológica, mas as medidas ainda não saíram do papel.

Sem incentivo fiscal, infraestrutura, crédito e assistência técnica fica difícil competir com as grandes propriedades, concorda o engenheiro agrônomo Leonardo Melgarejo, mestre em Economia Rural e presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). “É o domínio da demanda econômica sobre a racionalidade humana”, diz Melgarejo.

Para ele, é preciso acabar com a visão de que a reforma agrária é “coisa de comunista”, algo ultrapassado diante do que comprova a ciência. “É impossível monitorar o que acontece numa grande área, e então se joga o veneno até onde ele não é necessário”, explica.

Dirceu Portugal/Folhapress



*Pulverização aérea em
plantação de milho em
Campo Mourão (PR).
Prática faz o Brasil liderar
o ranking mundial do
consumo de agrotóxicos*

Se a região cultivada for menor, é possível monitorá-la adequadamente e aplicar o tratamento só onde aparecem os determinados tipos de pragas. Isso evita o empobrecimento do solo e melhora a produtividade.

Mas o que tem sido costurado para o futuro do Brasil é bem diferente e preocupa a sociedade civil. “As mudanças que validam os interesses da bancada ruralista em detrimento dos da maioria da população têm ocorrido numa velocidade agressiva”, diz o coordenador da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Alan Tygel. Trata-se de um coletivo que reúne mais de uma centena de organizações e pessoas interessadas em combater o uso de agrotóxicos, esclarecendo as contradições geradas pelo modelo de produção imposto pelo agronegócio, inclusive no que diz respeito às sementes transgênicas e à liberação da caça de animais silvestres – fatos relacionados e que beneficiam a monocultura voltada à exportação.

As mudanças descritas por Tygel estão em curso no Congresso Nacional e ganharam o nome de “Pacote do Veneno”. Nele estão incluídos o Projeto de Lei (PL) nº 3.200/2015, do deputado federal Luis Antonio Franciscatto Covatti (PP-RS), que praticamente revoga a atual Lei de Agrotóxicos. O projeto veta o termo “agrotóxico”, substituindo por “fitossanitário”, e cria a Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNFito) no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento

(Mapa). Está entre as prerrogativas dessa nova comissão apresentar “pareceres técnicos conclusivos aos pedidos de avaliação de novos produtos defensivos fitossanitários, de controle ambiental, seus produtos técnicos e afins”.

O colegiado também indicará os 23 membros efetivos e suplentes, deixando de fora representantes dos consumidores, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – um ataque aos princípios da precaução, conforme os críticos.

Na prática, além de trocar o nome “agrotóxico” por outros mais amenos, vai permitir o registro de substâncias mais perigosas, e com mais agilidade do que atualmente. Hoje, no Brasil, existem mais de 380 ingredientes ativos e mais de 1,8 mil produtos formulados de agrotóxicos registrados.

Também no pacote está o PL 6.299/2002, do (na época) senador e atual ministro da Agricultura Blairo Maggi, que altera as atuais regras para pesquisa, experimentação, produção, embalagem e rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda, utilização, importação, exportação, destino final dos resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização.

Se o projeto for aprovado, a embalagem dos agroquímicos deixará de ter, por exemplo, a presença da imagem de uma caveira, símbolo uni-

versal de veneno. “Nosso papel é alertar a sociedade para o que tem acontecido na surdina”, afirma Tygel. “É um retrocesso brutal.”

Procurada, a Anvisa pediu que a solicitação fosse encaminhada ao Mapa. Também informou que atualmente há seis reavaliações toxicológicas em andamento, dos seguintes ingredientes ativos de agrotóxicos: ácido 2,4-diclorofenoxiacético (2,4-D), abamectina, carbofurano, glifosato, tiram e paraquate. Cada um desses ingredientes ativos estão em fases distintas do processo de reavaliação, mas enquanto isso não acontece, circulam livremente pelo mercado.

O coordenador-geral de Agroquímicos e Afins do Mapa, Carlos Ramos Venâncio, informou que, conforme a legislação vigente, não pode falar pela Anvisa ou sobre questões toxicológicas de sua competência. “Acredito que a Anvisa tenha enviado o questionamento ao Mapa simplesmente porque somos o órgão que concede o número de registro no caso de produtos para uso na agricultura brasileira.”

E prossegue sem qualquer informação adicional: “Quanto aos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, um inclusive de autoria do ministro, e que estão sendo avaliados no âmbito da Comissão Especial formada na Câmara dos Deputados sobre o tema, não nos compete manifestação.”

NA CONTRAMÃO DO MUNDO

Em dezembro de 2016, o Parlamento Europeu, por meio do Painel de Avaliação de Opções em Ciência e Tecnologia, divulgou um relatório sobre os impactos para a saúde pública do consumo de alimentos orgânicos e também da agricultura orgânica. O relatório Human Health Implications of Organic Food and Organic Agriculture analisa 381 referências sobre alimentação, produção de plantas e de animais, impactos dos agrotóxicos na saúde e no meio ambiente, resistência a antibióticos e padrões de alimentação, além de apontar caminhos e suas possíveis consequências na Europa.

Entre as opções de políticas públicas a serem consideradas para o futuro, está a de aumentar os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados para agricultura orgânica.

Considerando que as doenças causadas pela agricultura convencional representam uma car-

“AS MUDANÇAS QUE VALIDAM OS INTERESSES DA BANCADA RURALISTA EM DETRIMENTO DOS DA MAIORIA DA POPULAÇÃO TÊM OCORRIDO NUMA VELOCIDADE AGRESSIVA”

ALAN TYGEL, coordenador da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

ga para os sistemas de saúde, e que esse custo não está incluído no preço de fertilizantes e agrotóxicos, seria justo uma taxa maior para esses produtos. Essas taxas poderiam ser utilizadas para o desenvolvimento da agricultura orgânica.

Não é o que ocorre por aqui. O Brasil estimula o consumo na medida em que exonera os impostos dessas substâncias. O governo brasileiro concede redução de 60% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), isenção total para as contribuições para a Seguridade Social (PIS/Cofins) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à produção e ao comércio dos pesticidas, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). O que resta de imposto sobre os agrotóxicos representa 22% do valor do produto. Para se ter uma ideia, no caso dos medicamentos, que não são isentos de impostos, 34% do valor final são tributos.

Além disso, na Europa está em vigor desde 2009 uma política de uso sustentável de agrotóxicos, que inclusive proíbe a pulverização aérea no continente. Finalmente, a União Europeia já se colocou favorável ao banimento do uso profilático de antibióticos na criação animal.

Na contramão, aqui as alterações podem afrouxar ainda mais as normas, como proibir apenas os venenos que causam intoxicação aguda, aquelas que ocorrem imediatamente à exposição ao produto, causando irritação de pele e olhos, coceira, vômito, diarreia, espasmos, con-

vulsões e até a morte. No entanto, estudos mostram que há intoxicações crônicas, que surgem tempos depois, pela exposição continuada a essas substâncias no ambiente de trabalho ou pelo acúmulo de substâncias nocivas no organismo depois de anos consumindo alimentos contaminados, conforme explica a toxicologista Karen Friedrich, pesquisadora da Abrasco.

“Por ser uma intoxicação de longo prazo, a relação entre causa e efeito dificilmente será estabelecida”, diz. Nos casos crônicos, as consequências são infertilidade, impotência, aborto, má-formações, desregulação hormonal e efeitos sobre os sistemas imunológico e nervoso central, além do câncer.

Outro ponto levantando por ela é que as substâncias aprovadas costumam ser testadas individualmente, mas são usadas em misturas. “É como tomar dois medicamentos cujas doses em conjunto podem ser letais.”

Decisões políticas tomadas na Europa e nos Estados Unidos têm grande apelo no Brasil. O banimento da pulverização aérea na Europa, o fato de que 22 dos 50 agrotóxicos mais consumidos aqui são proibidos lá e, agora, esse relatório são argumentos de peso na luta contra os agrotóxicos e as consequências do agronegócio convencional, que precisam ser revistas.

&



Ouro Preto (MG), Patrimônio Mundial da Humanidade

A RESSIGNIFICAÇÃO DO PASSADO

A preocupação em resguardar o patrimônio brasileiro e suas expressões históricas ganhou forma no fim da década de 1930 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). O órgão é o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que em 2017 completa 80 anos de fundação. Mas o que tem sido feito Brasil afora em termos de iniciativas públicas para a proteção do acervo cultural do País?

texto GESIEL JÚNIOR



Complexo da Pampulha, em Belo Horizonte (MG), onde está localizada a Igreja de São Francisco de Assis, recebeu investimentos em infraestrutura turística

E

Em oito décadas, a política nacional de patrimônio se transformou, passando a se relacionar com outras áreas como a de gestão urbana, ambiental, de turismo, de direitos humanos e culturais. Segundo registros oficiais do Iphan, nos primeiros anos do órgão foi necessária uma sensibilização da população quanto ao valor e à importância do acervo cultural dos edifícios que compunham seus núcleos tombados e pelos bens móveis neles existentes.

Criado pela Lei nº 378 em janeiro de 1937 pelo então presidente Getúlio Vargas, o instituto é hoje vinculado ao Ministério da Cultura. É do Iphan a função de proteger e promover os bens culturais nacionais, incluindo os controles de construções, reformas e restauros no patrimônio cultural, entre eles imóveis, regiões ou até cidades tombadas. Em destaque no orçamento para o ano de 2017 estão os R\$ 250 milhões reservados para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), destinados à restauração de monumentos e espaços urbanos tombados pelo órgão. É o PAC Cidades Históricas, que, segundo o governo, funciona como estímulo para geração de renda e agregação social.

O centro histórico de qualquer cidade representa a afirmação da identidade cultural de uma localidade, de um povo,

de uma região. É onde estão as peculiaridades da memória de cada área povoada. Recessão econômica à parte, algumas ações governamentais integradas entre União, Estados e municípios vêm alcançando êxito e, felizmente, reavivam espaços já desprezados em diferentes pontos do Brasil. Nesse entendimento, a Prefeitura de Manaus (AM) começou a investir, desde 2013, na ocupação cultural de sua região central por meio do projeto Passo a Paço. “A proposta é devolver vida a regiões abandonadas. É o que fazemos no Paço da Liberdade, hoje palco de um festival de artes integradas”, relata o diretor-presidente da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult), Bernardo Monteiro de Paula. No entorno do paço, moradores e turistas têm acesso a manifestações artísticas, exposições de artesanato, artes plásticas e cênicas e espetáculos de música e dança. “E todas unidas à gastronomia em suas várias vertentes: contemporânea, gourmet e regional, tudo concentrado em uma grande feira de sabores e texturas”, acrescenta o gestor. Os eventos acontecem ao redor do edifício erguido no fim do século 19, que abrigou a prefeitura da capital amazonense e que hoje recebe atrações fixas e temporárias, lançamentos de livros e outras festividades temáticas. Nas três edições já realizadas, mais de 96 mil pessoas compareceram às ruas onde Manaus surgiu. Na última, em abril de 2016, o Passo a Paço desbravou territórios maiores, levando espetáculos para vias ainda menos frequentadas pelo público. Abrangente, o projeto de revitalização também atrai novos comerciantes. Um exemplo é o do casario da Rua Bernardo Ramos, que por atrair feiras e encontros, desencadeou na reforma das casas 69 e 77, duas das primeiras ali construídas e que pertencem à prefeitura, mas que depois serão concedidas para uso da iniciativa privada para funcionarem como restaurante. Monteiro de Paula, da Manauscult, aposta no empreendimento para projetar o turismo local, fortalecendo também sua economia e consequente distribuição de renda entre as famílias manauaras. “Temos essa experiência com a temporada de cruzeiros que a cada ano trazem mais turistas à cidade. Saímos de 16,6 mil, em 2013, para mais

GOIÁS (GO), TAMBÉM CONHECIDA COMO “CIDADE DE GOIÁS” OU “GOIÁS VELHO”, FUNDADA HÁ 290 ANOS, É CÉLEBRE PELA ARQUITETURA BARROCA E PELA NATUREZA EXUBERANTE

de 24 mil, na última temporada, com número crescente de embarcações atracando no Porto de Manaus”, calcula.

PROTEÇÃO INTERNACIONAL

Parte histórica de uma antiga fazenda responsável pelo abastecimento agrícola de Belo Horizonte, a atual área da Pampulha, loteada e urbanizada na década de 1940, tornou-se um empreendimento modernizador a ponto de atrair a atenção de intelectuais e artistas, como Oscar Niemeyer, Cândido Portinari e Burle Marx. Os três ali promoveram uma interação entre arquitetura, artes plásticas e paisagismo. Situado numa tradicional região da capital mineira, o Conjunto Moderno da Pampulha recebeu, em julho de 2016, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) o título de Patrimônio Mundial da Humanidade. “Essa escolha garante o aporte de recursos e contribui para fomentar o turismo em Belo Horizonte, o que gera novos investimentos na economia local e empregos para a população”, observa o presidente da Fundação Municipal de Cultura (FMC), Leônidas José de Oliveira.

Em Minas Gerais, a cidade histórica de Ouro Preto, o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, e o Centro Histórico de Diaman-

tina já figuravam na lista. Com a recente nomeação, o Brasil possui agora 20 bens reconhecidos pela Unesco como patrimônios mundiais. “Ter agora o cartão-postal de Belo Horizonte amado pela cidade e por todos que visitam nossa capital nessa honrosa lista é motivo de orgulho de todo o País”, diz Oliveira. Para ele, o título assegura à Pampulha a proteção de todos os signatários da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, o que na prática significa contar com o resguardo de 190 países.

No amplo espaço que reúne o antigo cassino, hoje transformado no Museu de Arte da Pampulha, o visitante encontra também a Casa do Baile, a Igreja de São Francisco de Assis e o Iate Golfe Clube, todos articulados em torno do espelho d’água de um lago artificial. Por muito tempo o complexo ficou sem obras de conservação, mas recentemente a prefeitura desassoreou as margens e limpou as águas, o que permitirá em breve que a lagoa seja liberada para a prática de esportes náuticos. Por sua vez, a fundação anuncia mais benfeitorias, entre elas a inauguração de novos atrativos turísticos no entorno, como as esculturas de Niemeyer, Juscelino e Portinari em frente à Casa K, e a recuperação dos jardins de Burle Marx, além de investimentos em melhor sinalização e infraestrutura turística (como

mobilidade entre os equipamentos), por meio do Pampulha Retrô Tour. “O importante é manter articulação constante entre os agentes envolvidos com o Conjunto Moderno”, conclui o presidente da FMC.

GESTÃO COMPARTILHADA

Tido como um avanço nas políticas públicas para preservação histórico-cultural, o PAC Cidades Históricas é feito sob supervisão do Iphan em parceria com prefeituras, universidades e instituições federais, e hoje ocorre em 44 municípios de 20 Estados da Federação, aos quais foi reservado R\$ 1,6 bilhão entre 2011 e 2014 para 424 obras de restauração de edifícios e espaços públicos, financiando inclusive projetos.

Goiás (GO), também conhecida como “Cidade de Goiás” ou “Goiás Velho”, fundada há 290 anos, está entre as localidades contempladas com benfeitorias do programa. Para revitalizá-la estão sendo investidos R\$ 26,9 milhões em seis obras: a recuperação da Ponte da Cambaúba; as restaurações da Escola de Artes Plásticas Veiga Valle, do Mercado Municipal e da sede da Prefeitura; e as requalificações da Diocese – instalação do arquivo diocesano e do Cine Teatro São Joaquim. As intervenções ajudam a recontar a história dos habitantes, das ruas, do Rio Vermelho, da poesia de Cora Coralina, das cores do artista gráfico Elder Rocha Lima e de cada prédio que compõe o conjunto arquitetônico da antiga Vila Boa. “A cidade foi tombada pelo Iphan como Patrimônio Nacional e pela Unesco como Patrimônio Mundial, o que dobra nossa responsabilidade”, avalia a historiadora sergipana Kátia Bogéa, presidente do Iphan. Segundo ela, parcerias foram firmadas a fim de assegurarem a conservação urbana da primeira capital do Estado de Goiás, célebre pela arquitetura barroca peculiar, por suas tradições culturais seculares e pela natureza exuberante que a circunda.

“Criamos um modelo de gestão compartilhada das obras em ações que envolvam o governo estadual, a administração municipal e a sociedade, um modelo exitoso que pretendemos levar para outros lugares no Brasil que precisam ser preservados”, completa Bogéa, ao lembrar de



obras de requalificação em mais praças da área central de Manaus e em Belo Horizonte, no Conjunto Ferroviário da Praça da Estação e no Conjunto da Pampulha.

POLITIZAÇÃO E POLÊMICA

Por ter a prerrogativa de autorizar ou não obras que ponham em risco as características artísticas e culturais do patrimônio histórico, o Iphan ganhou atenção da mídia no fim de 2016. O motivo foi o descontentamento e pedido de demissão do então ministro da Cultura Marcelo Calero, ao acusar o ministro Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo) de pressioná-lo a autorizar um projeto imobiliário – em que Geddel tem um apartamento –, localizado próximo a uma área tombada em Salvador. O empreendimento teve sua construção autorizada em 2014 pela superintendência baiana do Iphan, posteriormente revogada pelo Iphan nacional.

OCTOGENÁRIO

Com a proposta de promover a cultura do Brasil e preservar sua memória para as gerações futuras, neste ano o Iphan firmou parceria com o Ministério do Turismo (MTur). O trabalho conjunto prevê um repasse de recursos do MTur para a realização do Seminário Internacional Fortifi-

cações Brasileiras; revisão, atualização e nova impressão do *Guia Brasileiro de Sinalização Turística*; e a candidatura da Serra da Barriga (AL) a Patrimônio Cultural do Mercosul. No âmbito internacional, uma missão irá a Portugal para conhecer as experiências de seus centros de visitantes, em especial nos sítios do patrimônio mundial, e também museus e centros de interpretação de sítios.

Outra ação das comemorações de 80 anos do Iphan foi o lançamento de um selo comemorativo dos Correios. A criação do designer Vitor Corrêa traz uma simbologia que envolve os principais elementos culturais do Brasil, expressos em artes, edificações, manifestações culturais e paisagens, que ajudam a contar a história e a construção da identidade nacional. Ao longo dos anos, o Iphan tombou 87 conjuntos urbanos e 1.262 bens materiais e tem registrados 40 bens imateriais e oito terreiros de matrizes africanas, além de 24 mil sítios arqueológicos cadastrados, mais de um milhão de objetos arrolados (incluindo o acervo museológico), cerca de 250 mil volumes bibliográficos e vasta documentação de arquivo.

&

Ponte da Cambaúba, na Cidade de Goiás (GO) – tombada pelo Iphan –, recebeu recursos do PAC Cidades Históricas

A

A POLITIZAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAR

O acesso à educação no Brasil se expandiu enormemente nas últimas duas décadas, como resultado de reformas educacionais no nível federal. No entanto, a qualidade do ensino permanece baixa em relação aos padrões internacionais. Ainda assim, vemos uma fraqueza de grupos de interesse e baixas demandas da sociedade e do setor privado pela melhoria da qualidade da escola pública. Isso faz com que dependamos mais do interesse de grupos políticos em implementar necessárias transformações. Para complicar, essas reformas, especialmente as que envolvem a despolitização da educação, são politicamente difíceis: impõem seus custos sobre um grupo pequeno, enquanto suas consequências beneficiam um grande grupo de pessoas, fazendo com que sua implementação seja pouco provável.

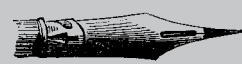
Um exemplo desse entrave é a necessidade de profissionalização das secretarias municipais de educação, que significa distanciar os funcionários da política partidária, selecionando seus membros com base em habilidades técnicas, em vez de alianças políticas. Um outro exemplo consiste em mudar o processo de seleção dos diretores escolares, fazendo com que sejam escolhidos por critérios meritocráticos ou eleições da comunidade. Em 85% dos municípios brasileiros, o diretor escolar é escolhido por indicação política. Como a educação pública é um grande empregador na maioria das cidades brasileiras, bem como uma fonte importante de receita em decorrência de fundos federais – como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) –, grupos políticos são incentivados a usar empregos e recursos para recompensar apoiadores. Assim, ao reformar essas práticas enraizadas, os líderes políticos renunciam a controles sobre os fundos da educação.

A análise de um conjunto de dados dos 5,57 mil municípios brasileiros e o trabalho de campo em sete municípios me mostraram que reformas no processo de seleção de diretores escolares são mais prováveis de serem introduzidas sob a administração de um partido que assuma pautas e programas claros – e sustentadas quando há continuidade política no governo municipal. Além disso, contrariamente às expectativas, o nível de competição política não afeta a implementação dessas mudanças. No entanto, níveis mais altos de competição eleitoral têm efeitos negativos sobre os resultados educacionais nos municípios com baixa população.

Os meus estudos de caso indicam que a luta pelo poder entre diferentes partidos políticos pode transbordar para o sistema escolar. Isso parece ser especialmente verdade nos municípios menores, nos quais os resultados das eleições municipais têm uma grande influência sobre a vida escolar. Níveis de competição mais altos polarizam funcionários escolares, criando conflitos entre os apoiadores de diferentes agremiações partidárias e até predispondo os funcionários das escolas que apoiam a oposição a sabotar a administração incumbente, sendo menos colaborativos e tendo um desempenho inferior.

A sustentabilidade de reformas educacionais só é refém da continuidade política. E níveis mais altos de competição eleitoral só levam a resultados mais baixos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de municípios pequenos, porque muitas escolhas educacionais que deveriam ser técnicas ainda são feitas de acordo com razões políticas.

&



TABATA AMARAL DE PONTES

é gestora do movimento Mapa Educação

B



texto FILIPE LOPES

Há sempre um “Estado” no caminho...

O excesso de intervenção do Estado na economia, a corrupção e a ineficiência do governo em gerir seus gastos são algumas práticas criticadas por economistas de vertente liberal. Essa visão ganhou força nas últimas décadas, inclusive entre a população, que viu o País passar por recorrentes turbulências financeiras.

Na esteira dessa discussão, o livro *Pare de acreditar no governo – por que os brasileiros não confiam nos políticos e amam o Estado*, do escritor e cientista político Bruno Garschagen, tornou-se best-seller e um dos mais comentados entre quem defende o chamado “Estado mínimo”. “Se pudesse resumir as bases da ação do Estado mediante o governo, seria: um Estado que não atrapalhasse; que, nas dimensões de sua atuação reduzida, agisse de forma eficiente, e que o fizesse de maneira qualitativa, em caso de intervenção”, diz o autor.

Mas por que, apesar de não confiarmos nos políticos, a quem desaprovamos diariamente, pedimos que o governo intervenha sempre que surgem problemas? Essa é uma das questões investigadas por Garschagen, que busca entender como se formou historicamente no Brasil a concepção de que cabe ao governo re-



Pare de acreditar no governo – por que os brasileiros não confiam nos políticos e amam o Estado
Editora Record

solver a maioria dos entraves sociais, políticos e econômicos.

Sobre a origem da devoção a esse Estado assistencialista, o autor acredita que o brasileiro herdou da colonização portuguesa certa ideia de patrimonialismo, mas não a responsabiliza pelo perfil de instituições que temos hoje. “Culpar a herança pelo que nos tornamos politicamente é apenas um mecanismo estúpido de ‘desresponsabilização’”, pondera.

Historicamente, há dois eventos que forjaram o Estado brasileiro que temos hoje, segundo Garschagen: o golpe militar de 1889, que colocou fim à monarquia, e o período de Getúlio Vargas no poder (1930-1945). Atualmente, ele viaja o Brasil palestrando para entidades e para a iniciativa privada. Nessas oportunidades, demonstra qual é a armadilha do intervencionismo estatal, por qual razão as crises no Brasil continuarão acontecendo em virtude da natureza do Estado e qual é a responsabilidade dos empresários para mudar esse ambiente sociopolítico e, assim, ajudar a criar um país próspero.

&



Na Era de Ouro do capitalismo, entre o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e o aumento dos preços do petróleo, na década de 1970, dois fatores impactaram a humanidade: a Guerra Fria, travada entre Estados Unidos e União Soviética – com os respectivos aliados de cada lado –, e a revolução dos costumes protagonizada pelos jovens adeptos do rock e do blue jeans, que por meio da música e da moda buscavam se diferenciar de seus pais.



F

Foram fenômenos que se interpenetraram. Após quase se converter em holocausto nuclear durante a crise dos mísseis em Cuba, no início da década de 1960, o confronto entre as duas superpotências se espalha pela América Latina sob a forma de ditaduras militares anticomunistas, a primeira das quais se instala no Brasil, em 1964. Em paralelo, jovens que entravam massivamente num mercado de trabalho próximo do pleno emprego constituíam tanto uma massa concentrada de poder de compra como um celeiro de rebeldes, que não mais aceitavam passivamente o recrutamento militar para morrer em terras distantes, como na Guerra do Vietnã.

Em ambos os casos, essa energia juvenil foi canalizada pela música de conjuntos estridentes, que se guiavam por guitarras elétricas amplificadas para entoar suas alegrias e protestos. “O grupo etário até 19 anos gastava, em 1970, cinco vezes mais em discos do que em 1955”, contabiliza o historiador Eric Hobsbawm na obra *Era dos extremos – O breve século XX*.

Enquanto isso, no Brasil, o ano de 1967 se inicia com o lançamento oficial, em 1º de janeiro, da Frente Ampla, que pedia a volta da democracia e reunia políticos outrora adversários, como Carlos Lacerda de um lado, e o presidente que ajudara a derrubar, João Goulart, de outro, exilado no Uruguai desde sua queda. O País vivia então o que o jornalista Elio Gaspari designou como “a ditadura envergonhada”, nome também do primeiro de cinco livros dedicados ao regime militar.

A resistência política civil era acompanhada por intensa efervescência cultural. Desde meados da década de 1950,

filmes de Nelson Pereira dos Santos como *Rio, 40 graus*, e as peças do Teatro de Arena, de Oduvaldo Viana Filho (o *Vianinha*) e Augusto Boal, faziam um contraponto nacionalista à influência estrangeira nas artes, que chegava ao Brasil com o mesmo ímpeto das multinacionais da indústria automobilística. Esse papel de conscientização e transformação social estava também presente no Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), que antes de ser desmontado pelo golpe de 64, produziu e divulgou filmes, peças de teatro, livros e discos que tinham em comum o lema: “Fora da arte política não há arte popular”.

A disputa pelo gosto da juventude se acentua a partir da estreia do programa *Jovem Guarda*, na TV Record, uma emissora que se especializara em música muito antes do advento da MTV. O “iê-iê-iê” (derivado dos gritos de *yeah, yeah, yeah*, que os Beatles berravam na música “She loves you”) capitaneado por Roberto e Erasmo Carlos já superava a audiência da música popular brasileira entrincheirada no *Fino da Bossa*, comandado pela cantora Elis Regina, quando a contenda ganha as ruas: uma passeata pelo centro de São Paulo, liderada pela própria Elis, ao lado de colegas de programa como Jair Rodrigues e Geraldo Vandré, anunciava a Frente Ampla da MPB contra o “iê-iê-iê” e as guitarras elétricas.

É nesse momento que um punhado de músicos baianos, chamados depois pelos desafetos de *baiunos*, decide se colocar entre os dois grupos apontando uma terceira via derivada do modernismo antropofágico de Oswald de Andrade. “A ideia do canibalismo cultural servia-nos, aos tropicalistas, como uma luva. Estávamos ‘comendo’ os Beatles e o Jimi Hendrix”, afirma Caetano Veloso, em seu livro autobiográfico *Verdade tropical*.

“TERRA EM TRANSE”

A explosão tropicalista, porém, ainda não havia abalado o Festival da Record de 1967 com as músicas “Alegria, alegria”, de Caetano, e “Domingo no parque”, de Gilberto Gil, quando outros acontecimentos culturais daquele ano prepararam o terreno para uma ruptura em relação ao tipo de arte predominante, que submetia os objetivos estéticos a finalidades políticas imediatas.

A primeira fissura importante no bloco dos intelectuais de esquerda que combatiam a ditadura partiu de outro baiano, o cineasta Glauber Rocha. *Terra em transe*, seu terceiro longa-metragem, rodado em 1966 e lançado no ano seguinte, rompia com a narrativa clássica dos filmes brasileiros de sucesso na época, como *Assalto ao trem pagador* e *O pagador de promessas*, considerados por Rocha como exemplo de “conformismo não desafiador”. Ambientada na fictícia ilha tropical de Eldorado, a história é contada como um delírio do poeta e jornalista Paulo Martins (vivido por Jardel Filho), que rodopia em cenas filmadas com a câmera na mão, uma inovação formal. Ele oscila entre o fascismo mítico de Porfírio Díaz (Paulo Autran) e o populismo demagógico de Felipe Vieira (José

Lewgoy), que transitam por cenários exuberantes, com elementos tropicais como palmeiras e terraços, contrapostos a interiores horrivelmente decorados.

“Se o tropicalismo se deveu em alguma medida a meus atos e minhas ideias, temos então de considerar como deflagrador do movimento o impacto que teve sobre mim o filme *Terra em transe*”, diz Caetano Veloso, que se deixou impressionar especialmente por uma cena em que o protagonista tapa a boca de um operário com a mão num comício, gritando “Isto é o povo! Um imbecil, um analfabeto, um despolitizado”. Quando um mendigo tenta tomar a palavra, é calado pelo cano de um revólver.

A cena e o filme foram repudiados pela esquerda, mas encantaram Caetano, que a viveu como “a morte do populismo”. “Nada do que veio a se chamar ‘tropicalismo’ teria tido lugar sem esse momento traumático”, garante o compositor. “*Terra em transe* foi a pedra fundamental para o movimento da tropicália”, reforça o jornalista Luiz Carlos Maciel, um dos fundadores do semanário *O Pasquim*, no livro *Geração em transe – Memórias do tempo do tropicalismo*.

Outra manifestação artística indelevelmente associada ao tropicalismo foi a montagem de *O rei da vela*, peça de Oswald de Andrade escrita em 1933, que amargava três décadas de ostracismo. “O texto investia contra a aristocracia rural paulista, o imperialismo, o fascismo, o socialismo e tudo o mais”, resume Maciel. O que impressionou, porém, foi o estilo insólito do trabalho dos atores dirigidos pelo fundador do Teatro Oficina, José Celso de Martinez Corrêa.

A encenação, marco da história do teatro brasileiro, foi assim definida pelo crítico Décio de Almeida Prado: “A aceitação, alegre e selva-

mente feita, dos nossos subdesenvolvimentos material, mental e artístico. Já que temos algo de ridículo em nosso anacronismo histórico, sejam os primeiros a rir de nós mesmos”. Para Caetano, a peça continha os elementos do deboche e a mirada antropológica de *Terra em transe*: “Zé Celso se tornou, aos meus olhos, um artista grande como Glauber”.

De todas as experiências de 1966-67, porém, a que acabaria batizando o movimento veio das artes plásticas de vanguarda. Hélio Oiticica, neto do famoso anarquista José Oiticica, apresentou numa exposição uma espécie de labirinto intitulado *Tropicália*. Consistia num caminho em caracol entre paredes de madeira, com areia no chão e plantas tropicais, que ia dar, ao fim, num aparelho de TV ligado. A instalação, como hoje seria chamada, conectava a nostalgia tropical lúdica ao futuro industrial e tecnológico planejado.

Foi em meio a esse vertiginoso caleidoscópio que Caetano e Gil planejaram suas músicas, de modo a concorrer com impacto no *Festival da Record*. Com o ambiente político cada vez mais conflagrado, soava como antítese revolucionária a despreocupada caminhada, contra o vento e sem lenço nem documento, do transeunte que

somente deseja viver a aventura da liberdade sem limites, com muita “Alegria, alegria”, conforme celebrava o título da canção apresentada por Caetano Veloso.

Embora fosse uma marcha de melodia muito simples, semelhante à vencedora do ano anterior, apresentava contrastes gritantes na comparação com “A banda”, de Chico Buarque de Holanda, apontados pelo próprio compositor baiano: sua exibida aceitação da vida do século 20, mencionando a Coca-Cola pela primeira vez numa letra de música brasileira, e o acompanhamento pelo grupo de rock argentino Beat Boys, com guitarras elétricas. Apesar de recebida inicialmente com vaia, terminou sob aplausos entusiasmados, tornando-se, desde então, um dos maiores sucessos do autor e que teria ainda um papel político destacado 25 anos depois: adotada como trilha sonora da minissérie *Anos rebeldes*, da Rede Globo, foi a música que liderou as passeatas pelo impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992.

“Feirante ciumento mata a facadas amigo e namorada no parque.” Essa hipotética manchete de jornal sensacionalista resume a canção “Domingo no parque”, que recebera de Gilberto Gil uma narrativa cinematográfica, com

TERRA EM TRANSE, RODADO EM 1966 POR GLAUBER ROCHA, FOI A PRIMEIRA FISSURA NO BLOCO DOS INTELLECTUAIS DE ESQUERDA QUE COMBATIAM A DITADURA. O LONGA ROMPIA COM A NARRATIVA CLÁSSICA DOS FILMES BRASILEIROS DE SUCESSO NA ÉPOCA



Folhapress/Folhapress



Gilberto Gil canta "Domingo no Parque", canção com narrativa cinematográfica, no Festival da Record de 1967

cortes abruptos na letra que persegue imagens visuais: o sorvete, a rosa, a faca, o sangue, o corpo caído. Como se não bastasse a inovação poética, a música, em ritmo de baião, procurava fundir musicalmente o tradicional/nordestino com o pop/internacional, a cargo de Os Mutantes, trio formado por Rita Lee (que batia pratos), Arnaldo Baptista (baixo elétrico) e Sérgio Dias (guitarra). No centro do palco, o compositor e seu violão. Para completar, o baterista Dirceu Medeiros tangia um berimbau, enquanto o arranjo de vanguarda do maestro Rogério Duprat associava os sons da orquestra aos ruídos de um parque de diversões.

CANÇÃO SEM NOME

O resultado deslumbrante assegurou a Gilberto Gil – que, no século atual, viria a ser ministro da Cultura – o segundo lugar na competição, vencida por "Ponteio", de Edu Lobo e Capinan. "Alegria, alegria" ficou em quarto, atrás de "Roda viva", de Chico Buarque, para que se tenha uma ideia da qualidade da música divulgada pela televisão naquela época.

O sucesso garante a Caetano a gravação de seu primeiro LP (no anterior, *Domingo*, ele dividiu as vozes com Gal Costa), que além da canção consagrada no festival, tinha mais duas faixas notáveis: "Soy loco por ti, America", pioneira incursão do compositor no universo da música hispano-americana, e "Tropicália", que despertaria para o disco e para o movimento poético-musical que ela inaugura as simpatias dos poetas do concretismo, como os irmãos Augusto e Haroldo de Campos.

Profundo conhecedor da música popular tradicional, Caetano se inspirou no samba "Coisas nossas", de Noel Rosa, para fazer um retrato em movimento do Brasil de então. Dividida em cinco partes de melodias primárias e iguais, terminadas por pares de "vivas" e símbolos da nacionalidade – como "bossa", "palhoça", "mata", "mulata", "Bahia", "Iracema", "Ipanema" e "Carmen Miranda" –, a longa canção continha uma visão crítica da realidade brasileira, na qual "uma criança sorridente, feia e morta, estende a mão". Mas não tinha nome depois de pronta, e a sugestão de batizá-la com o mesmo título da obra de Oiticica partiu do cineasta Luís Carlos Barreto.

"Essa canção sem nome justificou para mim as existências do disco, do movimento e de minha considerável dedicação à profissão que ainda me parecia provisória: era o mais perto que eu pudera chegar do que me foi sugerido por Ter-

ENQUANTO O PÚBLICO SE DIVIDE ENTRE OS PROGRAMAS *JOVEM GUARDA* E *FINO DA BOSSA*, MÚSICOS BAIANOS DECIDEM APONTAR UMA TERCEIRA VIA DERIVADA DO MODERNISMO ANTROPOFÁGICO DE OSWALD DE ANDRADE

ra em transe", afirma o autor em sua *Verdade tropical*, ao reconhecer a palavra como "pregnante".

O título *Tropicália ou panis et circensis* também seria o de seu disco seguinte. Um manifesto cuja capa parodiava a de um álbum dos Beatles (*Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band*), estampando os músicos participantes do movimento: Os Mutantes e suas guitarras; Caetano empunhando uma foto de Nara Leão; Tom Zé com a valise de couro típica da migração nordestina; Gal Costa e Torquato Neto, recatados, simbolizando a classe média; Rogério Duprat segurando um penico a modo de xicara; e Gilberto Gil, sentado no chão e vestindo uma toga colorida, segura a foto de formatura de Capinan. Palmeiras e um vitral com motivos florestais completam a foto, arrematada por moldura azul, verde e amarela.

Sem interrupções, uma música sucedendo a outra, tal qual o álbum dos Beatles, o LP desfila o repertório mais bizarro já reunido em disco até então no País: composições na trilha de "Tropicália" (que não faz parte do disco), como "Miserere nobis" (Gilberto Gil e Capinan), "Panis et circenses" e "Bat macumba" (ambas de Caetano e Gil), "Geleia geral" (Gil e Torquato Neto) e "Parque industrial" (Tom Zé) se alinham ao lado de "Coração materno", de Vicente Celestino, e do religioso "Hino ao Senhor do Bonfim".

Quando a esquerda tradicional, dominando as ruas após a Passeata dos Cem Mil, em junho de 1968, "cai de pau" acusando Gil e Caetano de alienados e vendidos ao imperialismo cultural estadunidense, o colonista Nelson Mota os de-

fende, cunhando a expressão "tropicalismo", que passaria a ser, ao mesmo tempo, o último dos movimentos modernistas e o primeiro do pós-modernismo, caracterizado, no fim do século passado, como a ruptura com o rigor dos conceitos filosóficos herdados do Iluminismo.

No Festival Internacional da Canção, em 1968, Caetano, com "É proibido proibir" e Gil, com "Questão de ordem", são intensamente vaiados pelos estudantes, que só têm ouvidos para a mais famosa canção de protesto daqueles tempos, que logo seriam de chumbo: "Para não dizer que não falei das flores (Caminhando)", de Geraldo Vandré. No dia 27 de dezembro, duas semanas após a decretação do AI-5, Caetano Emanuel Viana Teles Veloso e Gilberto Passos Gil Moreira são presos, passam dois meses em quartéis do exército e seguem para o exílio, onde já estava Vandré e para onde em breve iria Chico Buarque.

Nem tropicalistas nem esquerdistas teriam mais vez ou voz na longa noite de assassinatos, tortura e censura que desceu sobre o Brasil durante a "ditadura escancarada", na definição de Elio Gaspari. Em 1993, 25 anos após o vendaval inicial, Caetano e Gil lançam o álbum *Tropicália 2*, aberto pela música "Haiti", um forte rap baiano que fala sobre chacinhas em presídios, corrupção parlamentar e desigualdade social, para concluir, de modo ainda atual: "Ninguém é cidadão".





Manifestação em solidariedade aos estudantes mineiros que sofreram violência policial, em 1966

LUTA IDEOLÓGICA

Há 51 anos, o Brasil assistia à força do movimento estudantil, que amplificava sua voz por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE). Desde o governo de João Goulart, eles já haviam se tornado peças presentes nos jogos político e ideológico brasileiros. Com o golpe de 1964, lutaram arduamente contra os abusos da ditadura militar.

Em 1966, após estudantes mineiros sofrerem violência policial, jovens manifestantes percorreram, de braços dados, a região central de São Paulo em forma de protesto. Passaram pelo Largo do Ouvidor e pelas ruas São Bento e Direita, além da Praça da Sé e das ruas Barão de

Paranapiacaba, Quintino Bocaiuva, Riachuelo e Cristovão Colombo, com desfecho no Largo de São Francisco, onde foi realizado um comício. Documentos do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) mostram que Rui Falcão, um dos líderes do movimento e hoje presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), foi monitorado nesse ato. Nesse mesmo ano, a UNE promoveria a segunda greve geral, em 22 de setembro, que ficou conhecido como o Dia Nacional da Luta contra a Ditadura. Recentemente, a UNE participou de ocupações em escolas públicas para se posicionar contra reformas na educação e a violência policial nas grandes cidades.

PODE EXPORTAR



Com o Certificado de Origem da FecomercioSP, fica muito fácil.

Quando chega o momento de expandir os horizontes dos seus negócios, quanto mais simples, melhor. Então, não dá para perder tempo com burocracias desnecessárias. A FecomercioSP emite o Certificado de Origem para o seu produto na hora. Não demora, é garantido e agora tem preço especial para a sua empresa exportar mais. Para mais informações, entre em contato pelo site www.programarelaciona.com.br/beneficios-certificado-origem ou pelos telefones (11) 3254-1652 ou (11) 3254-1653 (Unidade São Paulo) e (13) 2101-2889 (Unidade Santos).

Certificado de Origem da FecomercioSP. O jeito rápido, prático e mais barato de exportar.

FECOMERCIO SP
Representa muito para você.

6º PRÊMIO FECOMERCIO DE SUSTENTABILIDADE

O 6º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade já está com suas inscrições abertas. O prêmio tem como objetivo conscientizar e reconhecer iniciativas sustentáveis inovadoras para contribuir e melhorar o processo produtivo e poupar os recursos para as futuras gerações e criar novos modelos de negócios.

CATEGORIAS

Empresa, Entidade empresarial, Indústria, Órgão público, Academia e Jornalismo

REGULAMENTO, INSCRIÇÕES E MAIS INFORMAÇÕES

www.fecomercio.com.br/premio/sustentabilidade

